



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS**  
(Administração Penitenciária)

## **PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES**

PALMAS, TO.  
2012



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS**  
(Administração Penitenciária)

## **PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES**

Plano Estadual de Educação nas Prisões apresentado à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão e ao Departamento Penitenciário Nacional como parte da proposição para obtenção de apoio financeiro, com recursos do Plano de Ações Articuladas e/ou do Fundo Penitenciário Nacional, para ampliação e qualificação da oferta de educação nos estabelecimentos penais, nos exercícios de 2012, 2013 e 2014.

PALMAS, TO.  
2012



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS**  
(Administração Penitenciária)

---

## **IDENTIFICAÇÃO**

### **GESTÃO:**

**ÓRGÃO PROPONENTE: GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**

**CNPJ:** 01.786.029/0001-03

**Endereço:** Palácio Araguaia- Praça dos Girassóis

**CEP:** 77.003-020

**Telefone:** (63) 3212-4145

**Nome do Responsável:** José Wilson Siqueira Campos

**Cargo:** Governador do Estado

### **ÓRGÃOS EXECUTORES:**

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

**CNPJ:** 25.053.083/0001-08

**End:** Praça dos Girassóis s/nº, Esplanada das Secretarias

**CEP:** 77.270.000

**Telefones:** (63) 3218-1406/ 1405/1400

**E-mails:** gabinete@seduc.to.gov.br

danilo.souza@yahoo.com.br

**Nome do Responsável:** Danilo de Melo Souza

**Cargo:** Secretário

**SECRETARIA DE JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS (Administração Penitenciária)**

**CNPJ:** 05.553.216-0001-06

**End:** Quadra 103 sul Av.LO1 Conj. 4 Lote 22 Ed. Jucelino Pinto

**CEP:** 77.015.028

**Telefones:** (63) 3218-6706

**E-mails:** gabinete@sejudh.to.gov.br

**Nome do Responsável:** Nilomar dos Santos Farias

**Cargo:** Secretário

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>2 CONCEPÇÕES FUNDAMENTAIS E NORTEADORAS DA EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL</b>	<b>9</b>
<b>3 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO EM PRISÕES NO ESTADO</b>	<b>15</b>
<b>4 DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO EM PRISÕES NO ESTADO</b>	<b>18</b>
4.1 ESPELHO GERAL DO ESTADO	18
<b>5 GESTÃO</b>	<b>78</b>
5.1 ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS	78
5.1.2 Resolução do Conselho Estadual de Educação sobre educação nas prisões	80
5.1.3 Gestão da organização no sistema penitenciário na SEDUC e SEJUDH	81
5.1.4 Regras e procedimentos de rotina	81
5.3 GESTÃO DE PESSOAS	83
5.3.1 Seleção dos professores e agentes que atuam na oferta de educação	83
a) Agentes penitenciários	83
5.3.2 Profissionais envolvidos	85
a) Profissionais da SEDUC	86
b) Profissionais da Segurança Pública	91
c) Profissionais da Escola Penitenciária	93
d) Profissionais da SEJUDH	94
5.3.3 Remuneração dos profissionais	95
5.3.4 Programas de atendimento aos profissionais que atuam nos estabelecimentos penais	96
5.3.5 Metas para contratação de profissionais	97
a) Profissionais da Segurança Pública	97
b) Profissionais da Educação	97
5.4 REGISTROS ESCOLARES	97
5.4.1 Inserção das informações referentes às salas anexo/extensão no Censo Escolar	97
5.4.2 Organização	97
5.5 ARTICULAÇÃO E PARCERIAS	98
5.5.1 As estratégias para informar, mobilizar e integrar a sociedade na oferta de educação formal, não formal e na qualificação profissional	98
5.5.2 Formas de divulgação do Plano	99
5.5.3 Meta de distribuição do Plano	99
5.5.4 As instituições parceiras que atuarão nos estabelecimentos penais, as formas e os critérios de participação	100
5.5.6 Qual a participação dos órgãos da execução penal	102
5.5.7 Se existe representante do sistema penitenciário na Comissão Estadual da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado da Alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos	103
5.5.8 As estratégias para incluir a pauta da educação nas prisões nas reuniões da Comissão Estadual	103
5.5.9 Se existem parcerias com Instituições de Ensino Superior, e como elas acontecem	104
5.5.10 Se a Escola Penitenciária está em funcionamento e sua participação na oferta de educação nas prisões	104
<b>6 FINANCIAMENTO</b>	<b>109</b>
6.1 O orçamento e as fontes de financiamento do estado para a oferta de educação nas prisões	107
6.2 As ações apoiadas com recursos do Governo Federal	107
6.3 As ações apoiadas com recursos provenientes de parcerias	107
6.4 O planejamento para garantir a participação do órgão responsável pela administração penitenciária na definição das ações a serem apoiadas no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR)	107
6.5 Estratégias de divulgação das fontes de financiamento disponíveis	108
6.6 Processos formativos das equipes envolvidas para acessar as fontes de financiamento disponíveis	108
6.7 Estratégias de acompanhamento da utilização dos recursos disponíveis	108
6.8 Estratégias para garantir a inclusão das matrículas no Censo Escolar	109
6.9 Estratégias para aquisição e distribuição da merenda escolar	109
6.10 Principais dificuldades e estratégias adotadas	109
<b>7 ORGANIZAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO FORMAL</b>	<b>110</b>

7.1 A situação administrativa da escola. (Escolas credenciadas com matrículas exclusivamente com alunos privados de liberdades nos estabelecimentos penais ou salas anexas/extensão) .....	110
7.2 O planejamento da oferta de turmas de alfabetização de jovens e adultos no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) ou em parceria com outras iniciativas .....	110
7.3 Estratégias para divulgar os processos de matrícula e inscrição nos exames de certificação .....	111
7.4 As estratégias de continuidade dos estudos para os egressos das turmas de alfabetização .....	111
7.5 O planejamento da oferta do Ensino Fundamental, Médio e a educação profissional .....	111
7.6 Quando houver, as estratégias para a oferta de educação na modalidade a distância .....	112
7.7 Estratégias para garantir a educação formal nos estabelecimentos femininos .....	112
7.8 existência de proposta de atendimento diferenciado em função do regime de privação de liberdade .....	113
7.9 Estratégias de continuidade dos estudos para os egressos .....	113
7.10 Atuação de privados de liberdade como monitor atuando no apoio da oferta de educação .....	113
Garantir atuação de privados de liberdade como monitor atuando no apoio da oferta de .....	113
7.11 Estratégias para a universalização da alfabetização .....	114
Garantir universalização da alfabetização .....	114
7.12 Principais dificuldades encontradas e as estratégias adotadas para resolvê-las .....	114
7.13 Metas de matrículas por estabelecimento penal para 2012, 2013 e 2014. (Alfabetização, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Superior) .....	115
<b>8 ORGANIZAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL .....</b>	<b>115</b>
a) As ações de educação não formal e de qualificação profissional por estabelecimento penal e os responsáveis pela oferta; .....	115
c) O planejamento anual das atividades de educação não formal e de qualificação profissional. Com definições de parceiros, público preferencial, espaços disponíveis, etc .....	117
d) As estratégias para garantir a oferta de educação não formal nos estabelecimentos femininos ...	117
e) Metas de oferta de educação não-formal por estabelecimento para os anos de 2012, 2013 e 2014 .....	117
f) metas de oferta de qualificação profissional por estabelecimento para os anos de 2012, 2013, 2014 .....	117
<b>9 FORMAÇÃO INICIAL E FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS .....</b>	<b>117</b>
9.1 O perfil educacional dos profissionais da educação que atuam no sistema penitenciário e dos profissionais da execução penal .....	117
9.2 Se o estado possui espaços próprios para a formação destes profissionais .....	118
9.3 As ações de formação realizadas nos últimos 02 (dois) anos com detalhes sobre as instituições responsáveis pela realização dos cursos, a duração e a carga horária .....	118
9.4 Se as orientações do Conselho Nacional de Educação para contemplar a implementação da lei 10.639 no ambiente prisional e de ações de combate ao racismo, à homofobia/lesbofobia e à intolerância religiosa estão sendo observadas .....	118
9.5 a existência de plano de formação para os profissionais da educação que atuam no sistema penitenciário e para os profissionais da execução penal. Caso não exista, indicar as ações que serão realizadas para sua criação e implementação .....	118
9.6 Se existe articulação da formação dos profissionais da educação que atuam no sistema penitenciário com as ações do Fórum Estadual de Formação da Educação Básica. Caso ainda não exista, indicar as ações que serão realizadas para que esta articulação ocorra .....	119
9.7 A existência de formação inicial dos agentes penitenciários (matriz curricular, carga horária e a instituição responsável) .....	119
<b>10 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ATENDIMENTO À DIVERSIDADE .....</b>	<b>120</b>
10.1 A organização curricular que norteia a oferta de educação nas prisões no Estado .....	120
10.2 Os processos pedagógicos para a orientação do trabalho dos professores .....	121
10.3 A existência de Projeto Político Pedagógico das Escolas que atendem pessoas privadas de liberdade. Caso isto não exista, indicar se há intenção de fazê-lo e como isto será feito .....	121
10.4 Estratégias para o atendimento dos segmentos específicos .....	122
10.5 Estratégias de acessibilidade para o atendimento das pessoas com deficiência .....	123
Garantir acessibilidade para o atendimento das pessoas com deficiência .....	123
10.6 as principais dificuldades para o atendimento dos segmentos e as estratégias adotadas .....	123
<b>11 CERTIFICAÇÃO .....</b>	<b>124</b>
11.1 O planejamento para a oferta do Exame Nacional de Certificação de Competência de Jovens e Adultos (Encceja) com definição de cronograma .....	124

11.2 O planejamento para a oferta do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) com definição de cronograma.....	124
11.3 O planejamento para a realização dos exames estaduais, com definição de cronograma .....	124
11.4 o planejamento para a oferta do Programa Certific da Rede Federal de Educação Tecnológico.....	124
11.5 as estratégias de divulgação das inscrições para os exames de certificação .....	124
11.6 Os processos formativos para a atuação dos agentes no dia de aplicação dos exames .....	125
11.7 A existência de análise dos resultados .....	125
11.8 Se é considerado para o cálculo da remição .....	125
11.9 Se existe condições adequadas para a aplicação dos exames.....	125
11.10 Meta de inscrição de presos e presas nos exames de Certificação nos anos de 2012, 2013 e 2014 .....	126
<b>12 INFRAESTRUTURA .....</b>	<b>126</b>
<b>13 MATERIAL DIDÁTICO E LITERÁRIO .....</b>	<b>127</b>
a) As estratégias para distribuição dos livros didáticos no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático da Educação de Jovens e Adultos (PNLDEJA) .....	127
b) Estratégias de acompanhamento da distribuição e utilização dos livros didáticos nas salas de aula.....	127
c) Se existe distribuição de material pedagógico para os alunos .....	128
d) As regras pra a utilização destes materiais na sala de aula, biblioteca e celas .....	128
e) Meta de aquisição de material pedagógico para os anos de 2012, 2013 e 2014 .....	128
f) A existência de material didático produzido no próprio estado .....	128
<b>14 REMIÇÃO DA PENA PELO ESTUDO .....</b>	<b>130</b>
a) O que é considerado atividade educacional para o cálculo da remição .....	130
b) Estratégias de divulgação da remição da pena pelo estudo .....	130
c) Os procedimentos adotados para garantir a remição pelo estudo e como são feitos os registros e a comprovação das atividades .....	130
d) Articulação com o judiciário para definir os procedimentos adotados .....	130
e) A existência de legislação estadual .....	131
f) Principais dificuldades para garantir a remição pelo estudo e as estratégias adotadas .....	131
<b>15 ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS .....</b>	<b>132</b>
a) A idade limite para a permanência das crianças com as suas mães .....	132
b) Os espaços destinados a estas crianças .....	133
c) As atividades educacionais oferecidas para as crianças com idade a partir de 04 anos .....	133
d) Os profissionais envolvidos no atendimento educacional das crianças com idade a partir dos 04 anos de idade .....	133
<b>16 ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO .....</b>	<b>135</b>
a) As estratégias de acompanhamento, monitoramento e avaliação realizadas pela Secretária Estadual de Educação .....	135
b) As estratégias de acompanhamento, monitoramento e avaliação realizadas pelo o Órgão responsável pela Administração Penitenciária no Estado .....	135
c) A integração com o acompanhamento realizado pelos órgãos da execução penal.....	135
d) A participação do Conselho Estadual de Educação nestes processos .....	135
e) As estratégias para dar publicidade sobre a situação da oferta de educação em prisões .....	135
f) Os indicadores são utilizados .....	136
g) Caso o Estado não realize o acompanhamento nem faça avaliação da oferta de educação nas prisões é recomendável que defina neste Plano as ações para que isto passe a ser realizado .....	137
h) As estratégias para acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do presente plano. ....	141
<b>PLANO DE AÇÃO .....</b>	<b>143</b>
<b>META I – AMPLIAÇÃO DA MATRÍCULA DE EDUCAÇÃO FORMAL .....</b>	<b>144</b>
<b>META II – AMPLIAÇÃO DE OFERTA DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL .....</b>	<b>146</b>
<b>META III – AMPLIAÇÃO DE OFERTA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL .....</b>	<b>147</b>
<b>META IV – AMPLIAÇÃO NO NÚMERO DE INSCRITOS NOS EXAMES DE CERTIFICAÇÃO .....</b>	<b>148</b>
<b>META V – AMPLIAÇÃO NO NÚMERO DE BIBLIOTECAS E DE ESPAÇOS DE LEITURA .....</b>	<b>149</b>
<b>META VI – MELHORIA NA QUALIDADE DA OFERTA DE EDUCAÇÃO .....</b>	<b>153</b>

## **1 APRESENTAÇÃO**

A presente proposta definirá linhas para a prática pedagógica desenvolvida na educação em prisões, tendo como parâmetro o planejamento das ações de educação em espaços de privação de liberdade que contemplará a oferta da Educação Básica: Alfabetização de Adultos, através do Programa Brasil Alfabetizado e Tocantins Alfabetizado, continuidade na modalidade de EJA (Educação de Jovens e Adultos), preparação para o trabalho através da Educação profissional, ensino técnico profissionalizante, ensino superior e educação não-formal.

Pensar numa Proposta Pedagógica de Educação em ambiente de privação de liberdade na atualidade é determinante para a organização do processo educacional, por se tratar de um novo modelo que necessita de um olhar voltado para as peculiaridades inerentes ao sistema prisional.

Nesta perspectiva, após a realização do III Seminário Nacional pela Educação nas Prisões, foram realizadas reuniões internas com o intuito de organizar as ações para a construção do Plano Estadual de Educação nas Prisões. No dia 21 de maio de 2011 a Diretoria da Diversidade realizou reunião com os técnicos da Assessoria Pedagógica e da Coordenação de Jovens e Adultos a fim de socializar as Diretrizes Nacionais para a Educação nas Prisões, bem como, as dificuldades existentes no sistema prisional do Estado do Tocantins.

No dia 22 de maio do ano de 2012, foi disponibilizado relatório com as intenções de planejamento da Diretoria da Diversidade para desenvolver o Plano Estadual de Educação nas Prisões. Entre os dias 23 de maio e 01 de junho de 2012 realizou-se estudos sistemáticos que buscaram estruturar as metas e ações para as temáticas que envolvem a remição da pena pelo estudo, formação inicial e formação continuada, contratação de profissionais, capacitação de educadores e agentes penitenciários, educação formal e educação não-formal no contexto prisional, certificação, material didático e literário, diversidade e inclusão no sistema prisional, universalização da alfabetização, financiamento, competências dos parceiros, acesso ao ensino superior e educação a distância.

No intuito de fortalecer o debate e compartilhar conhecimentos acerca da organização da educação nas prisões foi criado um grupo de trabalho on-line, que culminou na organização da Comissão Estadual de Educação nas Prisões. Assim, no dia 04 de julho foi realizada a I reunião de elaboração do Plano Estadual de

Educação nas Prisões, onde compareceram a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), Secretaria de Educação (SEDUC), Ministério Público, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Faculdade Serra Do Carmo, Conselho Estadual de Educação, Diretoria Regional de Ensino de Palmas, Escola Penitenciária, Centro de Referência em Direitos Humanos, Secretária de Segurança Pública e Defensoria Pública.

Nos dias 13 e 25 de julho, e ainda, 01 de agosto de 2012 foram realizadas reuniões de trabalho para consolidação das temáticas que envolviam o presente plano. No dia 24 de julho realizou-se reunião com o Conselho Estadual de Educação onde foram debatidas as atribuições e competências do referido no acompanhamento, monitoramento e avaliação deste, ainda ficou entendido a necessidade da construção de diretrizes educacionais específicas para viabilizar a educação nas prisões.

Como parceiros, para o alcance das metas propostas no presente plano, buscou-se em um primeiro momento a consolidação de um grupo de pesquisa que envolva as Instituições de Ensino Superior mencionadas acima. Busca-se com esta parceria a consolidação de pesquisas e informações acerca do sistema prisional no Estado do Tocantins.

A Secretaria de Justiça e Direitos Humanos será responsável pela garantia das condições necessárias para efetividade da educação nas prisões, e desenvolverá trabalho em parceria com a Secretaria de Educação no intuito de assegurar a ressocialização dos presos e presas, bem como dos egressos que encontram-se no sistema prisional.

A Secretaria de Trabalho e Assistência Social buscará desenvolver com a SEDUC e a SEJUDH trabalho de capacitação profissional com as famílias dos presos e presas a fim de proporcionar uma vida mais digna para estas famílias.

O Instituto Federal Tecnológico do Tocantins atuará com a SEDUC na busca de um formato de Educação à Distância que viabilize a formação educacional básica e superior dos presos e presas.

A Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia em parceria com a Diretoria de Ensino Profissionalizante da SEDUC atuará na formatação dos cursos profissionalizantes e de capacitação a serem ofertados.



A Secretaria de Indústria e Comércio atuará para que se viabilize a reinserção dos presos e presas no mercado de trabalho, através de uma política estadual de reinserção destes ao trabalho formal.

Após a finalização da elaboração do Plano Estadual de Educação nas Prisões será desenvolvido trabalho que vise legitimar as metas e ações elaboradas, ainda estruturar as condições necessárias para implantação do mesmo no ano de 2013, assegurando a oferta da educação em todos os estabelecimentos penais.

## **2 CONCEPÇÕES FUNDAMENTAIS E NORTEADORAS DA EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL**

A Educação formal é um direito humano essencial para a realização da liberdade em prol do bem comum. Desta forma, ao se abordar a educação para adolescentes, jovens, adultos e idosos privados de liberdade é importante ter claro que os reclusos, mantenham a titularidade dos demais direitos fundamentais, como é o caso da integridade física, psicológica e moral. O acesso ao direito à educação lhe deve ser assegurado universalmente na perspectiva acima delineada e em respeito às normas que o assegurem.

A Lei de Execução Penal – Lei nº 7.210 de 11/07/1984, determina expressamente que os estabelecimentos ofereçam à assistência educacional aos reclusos. Nos artigos 17 a 21 esta assistência é definida a partir dos seguintes parâmetros:

- a) obrigatoriedade do Ensino Fundamental;
- b) ensino profissional ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico;
- c) possibilidade de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados;
- d) previsão de dotar cada estabelecimento com uma biblioteca para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

Embora seja uma legislação avançada, segundo os especialistas na área, não podemos deixar de observar certa restrição às oportunidades educacionais nos presídios, se comparada à educação fornecida aos jovens e adultos que não estão privados de liberdade.

A LDBEN 9394/96, embora posterior à Lei de Execução Penal, não contemplou propriamente dispositivos específicos sobre a educação em espaços de privação de liberdade.

Essa omissão foi corrigida no Plano Nacional de Educação – PNE, instituído pela Lei nº10.172/2001. A 17ª meta do referido prevê a implantação em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendam adolescentes e jovens em conflito com a lei, programas de educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio, assim como formação profissional, contemplando para esta clientela as metas relativas ao fornecimento de material didático-pedagógico pelo Ministério da Educação (MEC) e à oferta de programas de educação à distância.

Já a meta 26º do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos determina que os Poderes Públicos devem apoiar a elaboração e a implementação de programas para assegurar a Educação Básica nos sistemas penitenciários.

A educação para os adolescentes, jovens, adultos e idosos privados de liberdade não é benefício; pelo contrário, é direito humano subjetivo previsto pela legislação internacional e brasileira e faz parte da proposta de Política Pública de Execução Penal, com o objetivo de possibilitar a reinserção social do apenado principalmente e garantir a sua plena cidadania.

A prisão e ou internação, em tese, representa a perda dos direitos civis, políticos e suspensão, por tempo determinado, do direito do interno de ir e vir livremente de acordo com a sua vontade, mas não implica, contudo, a suspensão do seu direito à dignidade, privacidade, integridade física, psicológica e moral, ao desenvolvimento pessoal e social, espaço onde a prática educacional insere-se.

Vale destacar que é possível que muitos participem inicialmente das atividades educativas por razões alheias a educação, como, por exemplo: sair das suas celas/alojamentos, estar com amigos ou participar dos eventos festivos promovidos pela escola, onde as aulas e as atividades complementares representam um momento importantíssimo de ampliação, conhecimentos, reencontro consigo mesmo, de exercício da cidadania e reescrever uma nova história de vida.

Desenvolver a educação de adultos exige uma ação de parceria entre os poderes públicos em diferentes setores, dentre estes, as organizações intergovernamentais e não-governamentais, os empregadores e os sindicatos, as universidades, os docentes, os centros de pesquisa, os meios de comunicação, as

associações e os movimentos comunitários, os facilitadores da educação de adultos e os próprios aprendizes, onde para tanto, será criado um fórum permanente de discussão que envolva educação nas prisões.

Um projeto de intervenção pedagógica nas prisões para ser coerente, deve estar atento às especificidades do ambiente prisional e ter clareza que a sua finalidade extrapola a simples oferta de escolarização.

A política pública destinada aos sujeitos privados de liberdade é um processo em construção que mantém relação com estratégias de regulação social como resposta à ameaça de descontrole social. Foi e continua sendo gestada e implementada em um contexto social marcado por lutas políticas de segmentos sociais diferenciados, contando com a participação de muitos autores e atores internacionais e nacionais. Tal política se expressa em ações voltadas para setores específicos da sociedade e, como tal, deve ser tratada historicamente, uma vez que ela não se constitui de forma natural e muito menos neutra.

Como documentos orientadores para a educação em estabelecimentos penitenciários, utilizamos como parâmetro o Manifesto na Declaração Mundial de Educação para Todos, acordada na Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien (Tailândia) em 1990, a Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos, resultante da V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos em 1997, o Fórum de Educação para Todos, realizado em Dakar em 2000, ainda, documento que institui Metas para o Desenvolvimento do Milênio da ONU, datado de 2000.

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, organizada e financiada por agências internacionais como a UNESCO, a UNICEF e o Banco Mundial, inaugurou um grande projeto de educação em âmbito mundial. Foi realizada em Jomtien, Tailândia, em março de 1990. Da Conferência, resultou o documento intitulado Declaração Mundial de Educação para Todos, cujo artigo 1º diz respeito à satisfação das necessidades básicas de aprendizagem e que “[...] cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem [...]” (UNICEF, 1991, p. 3). Começou-se, então, a difundir a ideia de Educação Básica para todos e de educação ao longo da vida, na qual se insere a Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade.

Nos anos 2000, registra-se aumento na mobilização de setores da sociedade, tais como agências multilaterais, órgãos federais e estaduais, instituições governamentais e não governamentais que se propõem a estabelecer parâmetros e critérios de políticas para a educação prisional. Foram e estão sendo feitos debates e proposições de políticas públicas que visam a um atendimento especial de segmentos da população estrutural e historicamente fragilizados.

Entendemos que as políticas para a educação prisional constituem-se em política pública de corte social, de responsabilidade do Estado, mas não planejada somente por seus organismos, uma vez que são elaboradas por diversos atores, governamentais ou não.

Pesquisar sobre educação prisional significa deparar-se, conforme explicita Ivo (2008), com a ideia-força que se ressalta em políticas repressivas e de regulação sobre os pobres: o aumento da pobreza associado ao crescente índice de violência e a delinquência urbana e seus efeitos sobre a segurança da sociedade. Em decorrência, implica o entendimento da materialidade na qual emerge quantidade significativa de programas destinados aos jovens urbanos, propondo ações emergenciais de segurança pública que reafirmam a noção de políticas sociais como controle repressivo sobre os pobres. Cumpre ressaltar que o redirecionamento das políticas sociais para a educação – a educação prisional em específico – significa alteração no modelo de proteção social, ou seja, a implantação do padrão neoliberal de regulação social de atendimento focalizado a demandas crescentes dos setores da população considerados socialmente mais vulneráveis.

Tendo ainda por base as linhas gerais do documento “Educação em Serviços Penais: fundamentos de política e diretrizes de financiamento”<sup>1</sup> que estabelece bases institucionais, conceituais e operacionais para a oferta de educação em espaços privativos de liberdade, entendemos a importância das Escolas Penitenciárias ou Núcleos Gestores da Educação em Serviços Penais, enquanto espaços especializados na discussão das questões que emergem do agir profissional na Execução Penal.

Tratando das bases teóricas, o documento revela uma percepção da educação que não se limita a atualizar tecnicamente os profissionais ou a torná-los

---

<sup>1</sup> BRASIL. Departamento penitenciário. **Educação em serviços penais: fundamentos de política e diretrizes de financiamento**. Ministério da Justiça, 2005, 62 páginas.

mais eruditos, mas que pretende desenvolver as suas subjetividades de operadores de um sistema complexo, dentro de uma sociedade igualmente complexa. Para isso, as Escolas ou Núcleos devem ter nos sujeitos e nas instituições da Execução Penal a sua referência principal e, a partir desse reconhecimento, deve promover as articulações necessárias para conceber um Projeto Pedagógico realmente significativo. Isso passa por configurá-las como um espaço de valorização da pessoa e de sua dignidade, um espaço que os trabalhadores da Execução Penal tenham como seus.

Ainda com base no documento acima descrito considera-se primordial ressaltar que:

A opção pelo diálogo com os Estados na construção e na implementação de uma política pública setorial no sistema penitenciário tem sido, sem dúvida, decisiva para o “consolidar uma trajetória de mudança”, e isso se verifica pela própria iniciativa dos participantes em propor a institucionalização de um coletivo destinado a prosseguir com essa experiência. O desafio é garantir que a abertura à participação gire em torno de uma pauta politicamente objetiva e tecnicamente densa (Apud, 2005, p. 48).

Com base na recomendação de que a alfabetização de jovens e adultos é indispensável para o desenvolvimento da autonomia pessoal, social e econômica, e que a mesma é considerada um dos meios pelo qual o indivíduo se torna capaz de resolver seus problemas, os países que participaram da CONFITEA VI se comprometeram a garantir o caráter contínuo da alfabetização, a mobilizar e aumentar recursos internos e externos para que as pessoas alcancem esse direito, a dar ênfase na alfabetização de pessoas que se encontram em situação desfavorecida, como a população carcerária, e a planificar ações que vão além da alfabetização básica, ações que apoiem o desenvolvimento contínuo de capacidades e habilidades das pessoas adultas (UNESCO, 2009<sup>2</sup>).

Segundo o referido documento, “[...] as políticas e as medidas relativas à educação de adultos devem ser globais, inclusivas e integradas em uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida [...]” (UNESCO, 2009, p. 4). Diante disso, ele expõe o comprometimento em “[...] implantar a educação de adultos nos centros penitenciários em todos os níveis apropriados”.

A educação, como proposta de inclusão social para detentos e egressos do sistema penitenciário, exige pesquisas e reflexões. Essa é uma das razões pelas

---

<sup>2</sup>UNESCO. **Educação em prisões na América Latina**: direito, liberdade e cidadania. Brasília: UNESCO, OEI, AECID, 2009.

quais a discussão da educação de jovens e adultos privados de liberdade tem mobilizado setores da sociedade, tais como agências multilaterais, órgãos federais e estaduais, instituições governamentais e não governamentais.

No Tema VIII da Declaração de Hamburgo<sup>3</sup> no que diz respeito à Educação para todos, elencou-se um conjunto de direitos e aspirações dos diferentes grupos, onde no inciso 47 há o reconhecimento do direito dos detentos à aprendizagem, quando se possibilita:

Informar os presos sobre as oportunidades de ensino e de formação existentes em diversos níveis, permitindo-lhes o acesso a elas; Elaborar nas prisões, amplos programas de ensino, com a participação dos detentos, a fim de responder às suas necessidades e aspirações em matéria de educação; Facilitar a ação das organizações não-governamentais, dos professores e dos outros agentes educativos nas prisões, permitindo, assim, aos detentos o acesso às instituições educativas, estimulando as iniciativas que tenham por fim conectar os cursos dados na prisão com os oferecidos fora dela.

A necessidade de elaborar uma Proposta Pedagógica inovadora para Educação em ambiente de privação de liberdade possibilita uma série de novas significações nas Unidades de Ensino.

Um dos desafios do presente projeto é fazer com que haja extensão do serviço da educação nas penitenciárias e elaboração de políticas públicas que garantam a qualidade dessa educação. O apoio da UNESCO ao Projeto focaliza a educação prisional de modo a garantir os direitos legais de todos no que se refere aos direitos humanos. A educação para pessoas privadas de liberdade deve seguir os regulamentos da educação de jovens e adultos e é entendida como educação ao longo da vida (UNESCO, 2006)<sup>4</sup>.

A presente proposta de educação em prisões reforçará a importância do desenvolvimento de uma educação de qualidade para todos, bem como, das condições necessárias para atuar neste contexto e que aconteça de modo a potencializar as possibilidades de aprender.

A educação em prisões e sistema sócio educativo requer dos profissionais que trabalham diretamente com os educandos, habilidades de compreensão, sensibilidade, flexibilidade de comportamento, controle emocional, discrição nos

---

<sup>3</sup> BRASIL. **Declaração de Hamburgo**: agenda para o futuro. Brasília, DF: SESI/UNESCO, 1999.

<sup>4</sup> UNESCO. **Educando para a liberdade**: trajetórias, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras. Brasília, DF: UNESCO, 2006.

fatos vivenciados, e, principalmente o perfil para desempenhar uma prática pedagógica com qualidade sob a pressão do ambiente do sistema prisional e sócio educativo. Este desafio necessita ser superado, visto que os educandos presentes neste ambiente educativo também possuem os mesmos anseios e direitos que os demais educandos do sistema educacional brasileiro. Para tanto, o presente plano busca a proposição da oferta da educação formal e não-formal com base na perspectiva de emancipação e ressocialização dos presos e presas, entendendo que é a partir da educação que os sujeitos se constroem e se libertam.

### **3 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO EM PRISÕES NO ESTADO**

Em 2001 o Governo do Estado do Tocantins por meio da Secretaria da Educação e Cultura implantou o Planejamento Estratégico – PES, com a participação direta de todos os setores, definindo como objetivos a melhoria do desempenho do Sistema Estadual de Ensino, objetivando promover a profissionalização, a responsabilização e a valorização dos profissionais da educação, ao tempo em que objetivava reestruturar, modernizar e consolidar a gestão por intermédio da implantação de programas permanentes de avaliação.

Diagnósticos realizados naquela época, junto às instituições prisionais (cadeias públicas e presídios) revelavam um baixo nível de escolaridade da população privada de sua liberdade, aliada a outros fatores sociais, dentre eles, a desagregação familiar, a situação econômica, a violência e o uso de substâncias psicoativas. Essa realidade exigia políticas voltadas para a humanização do ambiente carcerário focada em ações educativas mais amplas envolvendo todos os profissionais que atuam nestas instituições.

Ressalta-se que naquele período alguns projetos de inclusão foram implantados pela Secretaria da Educação e Cultura do Estado – (SEDUC-TO) visando à inserção de segmentos da sociedade cujo acesso à escola havia sido historicamente negado. Destaca-se como atividade de relevância a participação de 26 (vinte e seis) detentos nos exames supletivos, ensino fundamental e médio no ano de 2001, havendo a participação dos mesmos até o período em que os exames supletivos foram substituídos pelo ENCCEJA (2010) e ENEM (2011) direcionado ao sistema prisional.

Dentre os diversos projetos planejados com a finalidade de inclusão, destacam-se os Programas de Correção de Fluxo e de Combate ao Abandono Escolar e Sistema Prisional do Estado do Tocantins, resultante da parceria entre a Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC-TO), Secretaria da Cidadania e Justiça (TO) e Secretaria da Segurança Pública (TO).

Vale destacar que o jovem estado do Tocantins insere-se no âmbito da ressocialização, estabelecendo, algumas parcerias com instituições educacionais e afins, tendo como base as experiências educativas já existentes em outros estados na ressocialização dos reeducandos, com programas e projetos já em pleno funcionamento em algumas de suas unidades prisionais.

A modalidade de ensino para jovens e adultos em ambientes privados de liberdade inicia-se no Tocantins de forma sistematizada no ano de 2002. Em novembro de 2004, em reunião entre Secretários da SEDUC, SEJUDH e SSP, para implantação da educação prisional, resultou o Convênio 408/2004, publicado no Diário Oficial nº 1847 de 21 de janeiro de 2005. A partir de 2005 intensificou-se a educação nas prisões para adultos através do Convênio nº 408/2004 com a oferta de ensino fundamental, séries iniciais 1º e 2º segmentos, em seguida o ensino médio, 3º segmento.

Surge, então, a ideia do Projeto Ressocialização Educativa no Sistema Prisional do Estado do Tocantins em 2005, uma ação conjunta entre a Secretaria da Educação e a Secretaria da Justiça e Cidadania, com apoio do Ministério da Educação e Cultura e do Ministério da Justiça, cujo objetivo foi fortalecer as ações educativas desenvolvidas nas Unidades do Sistema Prisional na Casa de Custódia de Palmas, desenvolvido por técnicos das secretarias em parceria com professores das universidades e membros da sociedade civil. Esse projeto foi implementado e consolidado, mediante o esforço coletivo dos professores, alunos e agentes prisionais, tendo sido divulgado e partilhado em todo o país através da participação do Estado em eventos regionais e nacionais.

Inicia-se, então, uma nova fase de fortalecimento e de aprofundamento teórico e metodológico de professores e de agentes prisionais: são construídos módulos de estudos e realizados os momentos de formação continuada para possibilitar a ampliação da ação pedagógica de todos os envolvidos no processo.

Com o avançar da compreensão do papel da educação em prisões, sentiu-se a necessidade de transformá-la de provisória em definitiva. Nessa perspectiva,



inaugura-se em 2005, o Centro de Atendimento Sócio – Educativo- CASE, em Taquari na cidade de Palmas. No ano seguinte, é instituído a Escola Estadual Nova Geração, no presídio da capital com o intuito de garantir a implantação de Educação Básica, em nível Fundamental, Médio e Educação Profissionalizante e oportunizar a ressocialização dos sócios educando e sua reintegração ao convívio social.

Em 2006, o Projeto Ressocialização Educativa no Sistema Prisional do Estado do Tocantins expande-se para quatro unidades prisionais: Palmas, Araguaína, Gurupi e Porto Nacional, ainda para o presídio feminino.

Atualmente, a Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos em parceria com a Secretaria de Educação atende 49 reeducandos com oferta de escolarização nas seguintes unidades; Unidade Prisional Feminina, Unidade de Regime Semi Aberto, CPP- Porto Nacional e CCP- Palmas.

A SEDUC e a SEJUDH atendia todas as unidades prisionais mencionadas abaixo:

- DRE Palmas: Centro de Atendimento Sócio Educativo – CASE; Presídio de Palmas- Escola Estadual Nova Geração, com sala de aula em extensão na unidade do semi-aberto/Projeto URSA; Presídio Feminino de Palmas - Escola Estadual Setor Sul;
- DRE Gurupi: Centro de Internação Provisória - Centro Reeducação Social Luz do Amanhã - Escola Estadual Tarso Dutra/Cariri;
- DRE Araguaína: Santa Fé do Araguaia - Centro de Internação Provisória – CEIP;
- DRE Arraias: Cadeia Pública de Paranã;
- DRE Paraíso do Tocantins: CPP Paraíso - Escola Estadual Amâncio de Moraes;
- DRE Porto Nacional: CPP Porto Nacional - Escola Estadual Educador Alcides Rodrigues Aires;
- DRE Guaraí: Cadeia Pública de Guaraí.

Em função do número excessivo de detentos, do número insuficiente de agentes carcerários, da morosidade do sistema judiciário e de espaços físicos inadequados ao atendimento educacional, algumas unidades prisionais do estado encontram-se impossibilitadas de manter seus programas de ressocialização e reinserção social, ocasionando a paralisação no atendimento de escolarização em

algumas unidades prisionais, como ocorreu recentemente no presídio de Barra da Grot, em Araguaína e no Centro de Internação Provisória, Centro de Reeducação Social Luz da Amanhã, Unidade Agrícola no município de Cariri, em cujos municípios estão sendo providenciados recursos materiais e humanos para que as atividades pedagógicas sejam retomadas.

## **4 DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO EM PRISÕES NO ESTADO**

### **4.1 ESPELHO GERAL DO ESTADO**

As informações por estabelecimento penal é indispensável para o apoio financeiro dos Ministérios da Educação e da Justiça. O diagnóstico está previsto no Art 5º da LDB, no art. 4º da Resolução CNE/CEB Nº 2/2010 e no Art. 4º da PORTARIA DEPEN/Nº 04/10.

REFERÊNCIA – QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS PENAIS	QUANTIDADE	COM OFERTA DE EDUCAÇÃO
PENITENCIÁRIAS	01	01
COLÔNIAS AGRÍCOLAS, INDÚTRIAS	01	01
CASAS DE ALBERGADOS	00	00
CADEIAS PÚBLICAS	45	03
HOSPITAIS DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO	00	00
PATRONATO	00	00
TOTAL	47	05

### **2. População Carcerária:**

REFERÊNCIA – QUANTIDADE DE PRESOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO	QUANTIDADE
PRESOS PROVISÓRIOS	1013
REGIME FECHADO	1111
REGIME SEMIABERTO	353
REGIME ABERTO	08
MEDIDA DE SEGURANÇA – INTERNAÇÃO	15
MEDIDA DE SEGURANÇA – TRATAMENTO AMBULATORIAL	15
TOTAL	2515

### 3. População Carcerária:

REFERÊNCIA – CRIANÇAS EM COMPANHIA DA MÃE NOS ESTABELECIMENTOS FEMININOS	QUANTIDADE
PENITENCIÁRIAS	00
COLÔNIAS AGRÍCOLAS, INDÚSTRIAS	00
CASAS DE ALBERGADOS	00
CADEIAS PÚBLICAS	02
HOSPITAIS DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSQUIÁTRICO	00
TOTAL	02

### 4. População Carcerária:

REFERÊNCIA – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA QUANTIDADE EM SALA DE AULA	QUANTIDADE	EM SALA DE AULA
PRESOS PROVISÓRIOS	00	00
REGIME FECHADO	00	00
REGIME SEMIABERTO	00	00
REGIME ABERTO	00	00
MEDIDA DE SEGURANÇA - INTERNAÇÃO	00	00
MEDIDA DE SEGURANÇA – TRATAMENTO AMBULATORIAL	00	00
TOTAL	00	00

### 5. Agentes Penitenciários:

VÍNCULO TRABALHISTA	QUANTIDADE
CONCURSADOS	386
TERCEIRIZADOS	315
CARGOS COMISSIONADOS	130
TOTAL	830

ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	133
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	00
ENSINO MÉDIO COMPLETO	260
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	96
ENSINO SUPERIOR COMPLETO	285
ENSINO ACIMA DE SUPERIOR COMPLETO	56
TOTAL	830

## 6. Educadores:

REFERÊNCIA – COORDENADORES PEDAGÓGICOS/PEDAGOGOS	QUANTIDADE
CONCURSADOS	03
TERCEIRIZADOS	00
CARGOS COMISSIONADOS	00
TOTAL	03

REFERÊNCIA – PROFESSORES	QUANTIDADE
CONCURSADOS	04
TERCEIRIZADOS	00
CARGOS COMISSIONADOS	16
TOTAL	20

REFERÊNCIA – MONITORES	QUANTIDADE
CONCURSADOS	00
TERCEIRIZADOS	00
CARGOS COMISSIONADOS	00
TOTAL	00

## 7. Informações Adicionais:

REFERÊNCIA	QUANTIDADE
VAGAS DE ENSINO OFERTADAS	00
SALAS DE AULA (não estruturada para ministrar aulas)	07
BIBLIOTECA (sala de leitura)	04
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	01
SALAS EQUIPADAS PARA EAD (podem oferecer)	09
ÁREA PARA PRÁTICA DE ESPORTES	43 (07 com espaços adequados e as outras limitadas)

## 8. Perfil Educacional dos Presos<sup>5</sup>

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	557	22,14%

<sup>5</sup> Não há informações consolidadas sobre o perfil educacional dos presos, sendo necessária a realização de uma pesquisa minuciosa em cada uma das Unidades Prisionais. A Escola Penitenciária tem projeto para realização de um diagnóstico in loco, no entanto não possui recursos disponíveis para tal objetivo no presente momento. Como é um trabalho em relação ao perfil educacional dos presos é preciso que ao menos um pesquisador seja da área penitenciária, e, nesse sentido a Escola Penitenciária coloca-se a disposição para a realização da pesquisa.

Sugerimos que seja criada uma meta no Plano Estadual de Educação para que, em parceria com a SEJUDH possa ser realizada um diagnóstico em todas as 47 Unidades Prisionais ligadas ao Sistema Penitenciário. Previsão de realização da pesquisa: jan/2013 a setembro/2013.

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	1177	46,79%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	659 (não somar)	26,20%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	518 (não somar)	20,59%
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	296	11,76%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	268	10,65%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	200	7,95%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	17	0,67%
TOTAL	2515	00

### 9. Oferta de Educação

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	29	5,2%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	54	8,5%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	49	9,5%
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	103	8,75%
ENSINO MÉDIO	42	7,5%
ENSINO SUPERIOR	217	0%
TOTAL		

### 10. Relação entre a demanda educacional e a oferta

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	557	29	5,2%
ENSINO FUNDAMENTAL	1177	103	8,75%
ENSINO MÉDIO	564 <sup>6</sup>	42	7,5%
ENSINO SUPERIOR	217	00	00
TOTAL	2515	174	6,91%

### 11. Oferta de Educação Não-Formal

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
00	00	00
00	00	00

<sup>6</sup> Esta demanda compreende os alunos entre o ensino médio incompleto e o ensino fundamental completo.

TOTAL	00	00
-------	----	----

## 12. Oferta de Sala de Leitura/Biblioteca<sup>7</sup>

ESTABELECIMENTO	POSSUI/NÃO POSSUI	ACERVO
ALVORADA - CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
ANANÁS – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
ARAGUAÇU – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
ARAGUAÍNA – CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA	NÃO POSSUI	-
ARAGUAÍNA – UNIDADE REGIME SEMI-ABERTO	NÃO POSSUI	-
ARAGUAÍNA – PENITENCIÁRIA BARRA DA GROTA	NÃO POSSUI	-
ARAGUATINS – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
ARAPOEMA – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
ARAGUACEMA – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
ARRAIAS – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
AUGUSTINÓPOLIS – CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA	NÃO POSSUI	-
BABAÇULÂNDIA – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
BERNARDO SAYÃO – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
BARROLÂNDIA – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
CARIRI – PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA	NÃO POSSUI	-
COLINAS – CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA	NÃO POSSUI	-
COLMÊIA – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
CRISTALÂNDIA – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
DARCINÓPOLIS – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
DIANÓPOLIS – CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA	NÃO POSSUI	-
FIGUEIRÓPOLIS – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
FILADÉLFIA – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
FORMOSO DO ARAGUAIA-CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
GUARAÍ – CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA	POSSUI	DIVERSOS
GURUPI – CASA DE PRISÃO	POSSUI	DIVERSOS

<sup>7</sup> Listar todos os estabelecimentos penais e indicar quais possuem estes espaços.

PROVISÓRIA		
ITACAJÁ – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
LAJEADO – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
LAGOA DA CONFUSÃO – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
MIRACEMA – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
MIRANORTE – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
NATIVIDADE – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
PALMAS – CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA	POSSUI	DIVERSOS
PALMAS – UNIDADE PÚBLICA FEMININA	POSSUI	DIVERSOS
PALMAS – UNIDADE REGIME SEMI-ABERTO	NÃO POSSUI	-
PALMEIRAS – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
PALMEIRÓPOLIS – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
PARANÁ – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
PARAISO – CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA	NÃO POSSUI	-
PEDRO AFONSO – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
PEIXE – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
PIUM – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
PORTO NACIONAL – CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA	NÃO POSSUI	-
TAGUATINGA – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
TOCANTINÓPOLIS – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
WANDERLÂNDIA – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-
XAMBIOÁ – CADEIA PÚBLICA	NÃO POSSUI	-

#### **b) Por estabelecimento Penal<sup>8</sup>**

##### **13. Perfil Educacional dos Presos ALVORADA/ NÃO TEM PRESO**

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO COMPLETO	00	00

<sup>8</sup> Preencher os quadros 13/14/15/16 e 17 para cada estabelecimento penal

ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	00
TOTAL	00	00

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) ALVORADA/  
NÃO TEM PRESOS

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta ALVORADA/ NÃO TEM PRESOS

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	00	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	00	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00	00
TOTAL	00	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal ALVORADA/ NÃO TEM PRESOS

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação /ALVORADA

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos /ANANÁS

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	05	28,0 %



ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	04	22,2 %
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	03	16,6 %
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	3	16,6 %
ENSINO MÉDIO COMPLETO	03	16,6 %
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	00
TOTAL	18	100 %

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) ANANÁS

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	05	28,0 %
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	04	22,0 %
ENSINO MÉDIO	06	33,0 %
ENSINO SUPERIOR	03	17,0 %
TOTAL	18	100%

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta ANANÁS

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	05	00	100%
ENSINO FUNDAMENTAL	04	00	100%
ENSINO MÉDIO	06	00	100%
ENSINO SUPERIOR	03	00	00
TOTAL	18	00	100%

16. Oferta de Educação Não-Formal ANANÁS

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação ANANÁS

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

### 13. Perfil Educacional dos Presos ARAGUAÇU

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	04	40%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	02 (não soma)	18%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	02( não soma)	18%
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	04	40%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	02	20%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	00
TOTAL	10	100%

### 14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) ARAGUAÇU

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

### 15. Relação entre a demanda educacional e a oferta ARAGUAÇU

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	00	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	04	00	00
ENSINO MÉDIO	04	00	00
ENSINO SUPERIOR	02	00	00
TOTAL	10	00	00

### 16. Oferta de Educação Não-Formal ARAGUAÇU

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

### 17. Exames de Certificação ARAGUAÇU

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO

ENEM	NÃO	NÃO
------	-----	-----

13. Perfil Educacional dos Presos ARAGUAINA/ SEMI ABERTO

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	0,0%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	17	74%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	04	17%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO COMPLETO	00	00
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	02	9%
TOTAL	23	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) ARAGUAINA/ SEMI ABERTO

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta ARAGUAINA/ SEMI ABERTO

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	00	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	17	00	00
ENSINO MÉDIO	04	00	00
ENSINO SUPERIOR	02	00	00
TOTAL	23	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal ARAGUAINA/ SEMI ABERTO

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação ARAGUAÍNA/ SEMI ABERTO

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos ARAGUAÍNA /CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	18	10%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	88	50%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	19	11%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	29	16,5%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	19	11%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	02	1%
ENSINO SUPERIOR COMPLETO	01	0,5%
TOTAL	175	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) ARAGUAÍNA /CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta ARAGUAÍNA /CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	18	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	88	00	00
ENSINO MÉDIO	48	00	00
ENSINO SUPERIOR	21	00	00
TOTAL	175	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal ARAGUAÍNA /CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação ARAGUAÍNA /CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL		
	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos ARAGUAINA/ NOVO ALEGRE

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	02	22%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	07	78%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO COMPLETO	00	00
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	00
TOTAL	09	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) ARAGUAINA/ NOVO ALEGRE

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta ARAGUAINA/ NOVO ALEGRE

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	00	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	00	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00	00

TOTAL	00	00	00
-------	----	----	----

16. Oferta de Educação Não-Formal ARAGUAINA/ NOVO ALEGRE

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação ARAGUAINA/ NOVO ALEGRE

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos ARAGUAÍNA/ PENITENCIÁRIA BARRA DA GROTA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	18	7%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	142	56%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	47	19,4%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	24	9,5%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	19	7,5%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	01	0,4%
ENSINO SUPERIOR COMPLETO	01	0,4%
TOTAL	252	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) ARAGUAÍNA/ PENITENCIÁRIA BARRA DA GROTA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta ARAGUAÍNA/ PENITENCIÁRIA BARRA DA GROTA

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	18	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	142	00	00
ENSINO MÉDIO	71	00	00
ENSINO SUPERIOR	20	00	00
TOTAL	251	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal ARAGUAÍNA/ PENITENCIÁRIA BARRA DA GROTA

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação ARAGUAÍNA/ PENITENCIÁRIA BARRA DA GROTA

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos – ARAGUATINS

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	09	20%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	20	44%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	01	3%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	04	9%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	11	24%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	00
TOTAL	45	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) ARAGUATINS

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00

ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta ARAGUATINS

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	09	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	20	00	00
ENSINO MÉDIO	05	00	00
ENSINO SUPERIOR	11	00	00
TOTAL	45	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal ARAGUATINS

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação ARAGUATINS

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos ARAPOEMA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	06	31%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	09	47%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	02	10%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	01	5,2%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	01	5,2%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	00
TOTAL	19	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) ARAPOEMA

NÍVE	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00



ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta ARAPOEMA

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	06	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	09	00	00
ENSINO MÉDIO	03	00	00
ENSINO SUPERIOR	01	00	00
TOTAL	19	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal ARAPOEMA

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação ARAPOEMA

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos ARAGUACEMA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	14	74%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	04	21%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO COMPLETO	01	5%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	00
TOTAL	19	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) ARAGUACEMA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00

ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta ARAGUACEMA

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	14	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	00	00	00
ENSINO MÉDIO	04	00	00
ENSINO SUPERIOR	01	00	00
TOTAL	19	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal ARAGUACEMA

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação ARAGUACEMA

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos ARRAIAS

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	16	47%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	08	21%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	08	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	6	26%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	1	4,3%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	00	00
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	00
TOTAL	25	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) ARRAIAS

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	16	00

ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	08	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	-	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	08	00
ENSINO MÉDIO	01	00
ENSINO SUPERIOR		00
TOTAL	25	00

#### 15. Relação entre a demanda educacional e a oferta ARRAIAS

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	16	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	8	00	00
ENSINO MÉDIO	01	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00	00
TOTAL	25	00	00

#### 16. Oferta de Educação Não-Formal ARRAIAS

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

#### 17. Exames de Certificação ARRAIAS

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

#### 13. Perfil Educacional dos Presos AUGUSTINÓPOLIS

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	22	43%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	14	27%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	09	18%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	02	4%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	02	4%
ENSINO SUPERIOR COMPLETO	02	4%
TOTAL	51	100%

#### 14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) AUGUSTINÓPOLIS

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
-------	------------	------------

ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta AUGUSTINÓPOLIS

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	22	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	14	00	00
ENSINO MÉDIO	11	00	00
ENSINO SUPERIOR	02	00	00
TOTAL	49	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal AUGUSTINÓPOLIS

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação AUGUSTINÓPOLIS

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos BABAÇULÂNDIA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	07	32%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	12	54,5%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO COMPLETO	03	13,5%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	00

TOTAL	22	100%
-------	----	------

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18)  
BABAÇULÂNDIA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta BABAÇULÂNDIA

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	07	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	12	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00	00
ENSINO SUPERIOR	03	00	00
TOTAL	22	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal BABAÇULÂNDIA

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação BABAÇULÂNDIA

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos BERNARDO SAYÃO

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	04	33%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	05	42%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	03 (não soma)	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	02 (não soma)	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	02	17%

ENSINO MÉDIO COMPLETO	00	00
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	01	8%
TOTAL	12	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) BERNARDO SAYÃO

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta BERNARDO SAYÃO

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	04	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	05	00	00
ENSINO MÉDIO	02	00	00
ENSINO SUPERIOR	01	00	00
TOTAL	12	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal BERNARDO SAYÃO

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação BERNARDO SAYÃO

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos BARROLÂNDIA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	06	24%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	16	64%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	00	00

ENSINO MÉDIO COMPLETO	03	12%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	00
TOTAL	25	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18)  
BARROLÂNDIA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta BARROLÂNDIA

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	00	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	6	00	00
ENSINO MÉDIO	16	00	00
ENSINO SUPERIOR	03	00	00
TOTAL	25	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal BARROLÂNDIA

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação BARROLÂNDIA

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos COLINAS DO TOCANTINS

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	10	22%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	28	62%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	03	7%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	00	00

ENSINO MÉDIO COMPLETO	03	7%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	01	2%
TOTAL	45	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) COLINAS DO TOCANTINS

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta COLINAS DO TOCANTINS

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	10	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	28	00	00
ENSINO MÉDIO	3	00	00
ENSINO SUPERIOR	4	00	00
TOTAL	45	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal COLINAS DO TOCANTINS

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação COLINAS DO TOCANTINS

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos COLMÉIA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	22	71%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	04	13%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	04	13%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	01	3%



ENSINO MÉDIO COMPLETO	00	00
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	00
TOTAL	31	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) COLMÉIA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	0

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta COLMÉIA

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	22	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	04	00	00
ENSINO MÉDIO	05	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00	00
TOTAL	31	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal COLMÉIA

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação COLMÉIA

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos CRISTALÂNDIA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	03	27%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	24	59%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	17 (não somar)	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	7 (não somar)	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	01	2%

ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	01	2%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	04	10%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	
TOTAL	41	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18)  
CRISTALÂNDIA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta CRISTALÂNDIA

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	11	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	24	00	00
ENSINO MÉDIO	02	00	00
ENSINO SUPERIOR	04	00	00
TOTAL	41	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal CRISTALÂNDIA

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação CRISTALÂNDIA

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos DARCINÓPOLIS

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	06	46%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	07	54%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00

ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO COMPLETO	00	00
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	00
TOTAL	13	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18)  
DARCINÓPOLIS

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta DARCINÓPOLIS

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	06	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	07	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00	00
TOTAL	13	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal DARCINÓPOLIS

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação DARCINÓPOLIS

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos DIANÓPOLIS

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	25	40%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	17	27%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00

ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	08	13%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	07	11%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	06	10%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	00
TOTAL	63	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) DIANÓPOLIS

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta DIANÓPOLIS

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	25	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	17	00	00
ENSINO MÉDIO	15	00	00
ENSINO SUPERIOR	06	00	00
TOTAL	63	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal DIANÓPOLIS

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação DIANÓPOLIS

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos FIGUEIROPOLIS/FEM/MASCULINO

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	6	18%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	9	27%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	6 (não soma)	00

ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	3 (não soma)	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	8	24%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	6	18%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	3	9%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	1	4%
TOTAL	33	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18)  
FIGUEIROPOLIS/FEM/MARCULINO

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta  
FIGUEIROPOLIS/FEM/MASCULINO

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	06	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	09	00	00
ENSINO MÉDIO	14	00	00
ENSINO SUPERIOR	04	00	00
TOTAL	33	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal FIGUEIROPOLIS/FEM/MASCULINO

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação FIGUEIROPOLIS/FEM/MASCULINO

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos FILADELFIA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	3	20%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	5	33%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)		
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	-	-
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	6	40%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	-	-
ENSINO MÉDIO COMPLETO	1	7%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	-	-
TOTAL	15	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) FILADELFIA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta FILADELFIA

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	03	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	05	00	00
ENSINO MÉDIO	06	00	00
ENSINO SUPERIOR	01	00	00
TOTAL	15	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal FILADELFIA

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação FILADELFIA

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

### 13. Perfil Educacional dos Presos FORMOSO DO ARAGUAIA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	05	20%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	10	40%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	07	28%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO COMPLETO	02	8%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	01	4%
TOTAL	25	100%

### 14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) FORMOSO DO ARAGUAIA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

### 15. Relação entre a demanda educacional e a oferta FORMOSO DO ARAGUAIA

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	05	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	10	00	00
ENSINO MÉDIO	07		
ENSINO SUPERIOR	03	00	00
TOTAL	25	00	00

### 16. Oferta de Educação Não-Formal FORMOSO DO ARAGUAIA

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

### 17. Exames de Certificação FORMOSO DO ARAGUAIA

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

### 13. Perfil Educacional dos Presos GUARÁÍ

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	25	34%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	21	28%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	-	-
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	-	-
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	4	5%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	24	32%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	1	1%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	-	-
TOTAL	75	100%

### 14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) GUARÁÍ

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	08	28%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	10	36%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	10	36%
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	28	

### 15. Relação entre a demanda educacional e a oferta GUARÁÍ

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	25	08	32%
ENSINO FUNDAMENTAL	21	10	48%
ENSINO MÉDIO	28	10	36%
ENSINO SUPERIOR	01		
TOTAL	75	28	37,33%

### 16. Oferta de Educação Não-Formal GUARÁÍ

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

### 17. Exames de Certificação GUARÁÍ

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO



### 13. Perfil Educacional dos Presos GURUPI/CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	18	17%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	50	46%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	05	5%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	24	22%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	11	10%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO		
TOTAL	108	100%

### 14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) GURUPI/CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

### 15. Relação entre a demanda educacional e a oferta GURUPI/CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	18	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	50	00	00
ENSINO MÉDIO	29	00	00
ENSINO SUPERIOR	11	00	00
TOTAL	108	00	00

### 16. Oferta de Educação Não-Formal GURUPI/CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NAO	NAO
NÃO	NAO	NAO

### 17. Exames de Certificação GURUPI/CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO

ENEM	NÃO	NÃO
------	-----	-----

13. Perfil Educacional dos Presos GURUPI/ CARIRI /CENTRO DE REEDUCAÇÃO SOCIAL LUZ DA MANHÃ

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	62	19%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	182	55%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	35	10%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	34	10%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	20	6%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	00
TOTAL	333	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) GURUPI/ CARIRI /CENTRO DE REEDUCAÇÃO SOCIAL LUZ DA MANHÃ

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta GURUPI/ CARIRI /CENTRO DE REEDUCAÇÃO SOCIAL LUZ DA MANHÃ

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	62	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	182	00	00
ENSINO MÉDIO	69	00	00
ENSINO SUPERIOR	20	00	00
TOTAL	333	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal GURUPI/ CARIRI /CENTRO DE REEDUCAÇÃO SOCIAL LUZ DA MANHÃ

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação GURUPI/ CARIRI /CENTRO DE REEDUCAÇÃO SOCIAL LUZ DA MANHÃ

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos ITACAJÁ

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	09	90%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	01	10%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO COMPLETO	00	00
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	00
TOTAL	10	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) ITACAJÁ

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta ITACAJÁ

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	09	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	01	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00	00
TOTAL	10	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal ITACAJÁ

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

### 17. Exames de Certificação ITACAJÁ

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

### 13. Perfil Educacional dos Presos LAJEADO

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	15	23%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	32	50%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	12 (não somar)	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	10 (não somar)	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	05	8%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	05	8%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	08	11%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	
TOTAL	65	100%

### 14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) LAJEADO

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	15	26%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	17	26%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	15	23%
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	32	50%
ENSINO MÉDIO	10	15%
ENSINO SUPERIOR	08	12%
TOTAL	65	100%

### 15. Relação entre a demanda educacional e a oferta LAJEADO

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	15	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	32	00	00
ENSINO MÉDIO	10	00	00
ENSINO SUPERIOR	08	00	00
TOTAL	65	00	00

### 16. Oferta de Educação Não-Formal LAJEADO

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

### 17. Exames de Certificação LAJEADO

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

### 13. Perfil Educacional dos Presos LAGOA DA CONFUSÃO

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	03	50%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	03	50%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO COMPLETO	00	00
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	00
TOTAL	06	100%

### 14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) LAGOA DA CONFUSÃO

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

### 15. Relação entre a demanda educacional e a oferta LAGOA DA CONFUSÃO

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	00	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	03	00	00
ENSINO MÉDIO	03	00	00
ENSINO SUPERIOR	-	00	00
TOTAL	06	00	00

### 16. Oferta de Educação Não-Formal LAGOA DA CONFUSÃO

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO

NÃO	NÃO	NÃO
-----	-----	-----

#### 17. Exames de Certificação LAGOA DA CONFUSÃO

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

#### 13. Perfil Educacional dos Presos MIRACEMA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	05	42%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	07	58%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO COMPLETO	00	00
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	00
TOTAL	12	100%

#### 14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) MIRACEMA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

#### 15. Relação entre a demanda educacional e a oferta MIRACEMA

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	05	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	07	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00	00
TOTAL	12	12	-

#### 16. Oferta de Educação Não-Formal MIRACEMA

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO

NÃO	NÃO	NÃO
-----	-----	-----

#### 17. Exames de Certificação MIRACEMA

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

#### 13. Perfil Educacional dos Presos MIRANORTE

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	08	21%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	14	37%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	11	29%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	02	5%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	03	8%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	00
TOTAL	38	100%

#### 14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) MIRANORTE

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

#### 15. Relação entre a demanda educacional e a oferta MIRANORTE

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	08	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	14	00	00
ENSINO MÉDIO	13	00	00
ENSINO SUPERIOR	03	00	00
TOTAL	38	00	00

#### 16. Oferta de Educação Não-Formal MIRANORTE

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO

NÃO	NÃO	NÃO
-----	-----	-----

#### 17. Exames de Certificação MIRANORTE

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

#### 13. Perfil Educacional dos Presos NATIVIDADE

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	22	88%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	01	4%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	02	8%
ENSINO SUPERIOR COMPLETO	00	00
TOTAL	25	100%

#### 14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) NATIVIDADE

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

#### 15. Relação entre a demanda educacional e a oferta NATIVIDADE

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	00	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	22	00	00
ENSINO MÉDIO	01	00	00
ENSINO SUPERIOR	02	00	00
TOTAL	25	00	00

#### 16. Oferta de Educação Não-Formal NATIVIDADE

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
-----------------------	-----------	----------------------------



NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

#### 17. Exames de Certificação NATIVIDADE

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

#### 13. Perfil Educacional dos Presos PALMAS /CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	56	14%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	186	47%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	59	15%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	45	11%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	42	10%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	07	2%
ENSINO SUPERIOR COMPLETO	03	1%
TOTAL	398	100%

#### 14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) PALMAS /CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

#### 15. Relação entre a demanda educacional e a oferta PALMAS /CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	56	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	186	35	19%
ENSINO MÉDIO	104	05	5%
ENSINO SUPERIOR	49	00	00
TOTAL	395	40	24%

16. Oferta de Educação Não-Formal PALMAS /CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação PALMAS /CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos PALMAS/ UNIDADE PENITENCIARIA FEMININA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	16	46%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	18	51%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO COMPLETO	01	3%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	00
TOTAL	35	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) PALMAS/ UNIDADE PENITENCIARIA FEMININA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	16	100%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	18	100%
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	18	100%
ENSINO MÉDIO	01	100%
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	35	100%

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta PALMAS/ UNIDADE PENITENCIARIA FEMININA

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	16	10	62,5%
ENSINO	18	18	100%

FUNDAMENTAL			
ENSINO MÉDIO	01	01	100%
ENSINO SUPERIOR			
TOTAL	35	29	76%

16. Oferta de Educação Não-Formal PALMAS/ UNIDADE PENITENCIARIA FEMININA

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NAO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação PALMAS/ UNIDADE PENITENCIARIA FEMININA

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos PALMAS/ SEMI ABERTO

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO		
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	20	71%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	-	-
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	-	-
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	5	18%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	3	11%
ENSINO MÉDIO COMPLETO		
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO		
TOTAL	28	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) PALMAS/ SEMI ABERTO

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	20	00
ENSINO MÉDIO	08	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	28	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta PALMAS/ SEMI ABERTO

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE
-------	---------	-------------	---------------

			COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	00	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	20	20	100%
ENSINO MÉDIO	08	08	100%
ENSINO SUPERIOR	00	00	00
TOTAL	28	00	100%

#### 16. Oferta de Educação Não-Formal PALMAS/ SEMI ABERTO

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

#### 17. Exames de Certificação PALMAS/ SEMI ABERTO

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

#### 13. Perfil Educacional dos Presos PALMEIRAS/ NÃO TEM PRESOS

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO COMPLETO	00	00
ENSINO SUPERIOR COMPLETO	00	00
TOTAL	00	00

#### 14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) PALMEIRAS

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTA	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta PALMEIRAS

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	00	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	00	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00	00
TOTAL	00	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal PALMEIRAS

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação PALMEIRAS

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos PALMEIRÓPOLIS

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	8	35%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	13	57%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	01	4%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	00	00
ENSINO SUPERIOR COMPLETO	01	4%
TOTAL	23	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) PALMEIRÓPOLIS

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta PALMEIRÓPOLIS

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	08	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	13	00	00
ENSINO MÉDIO	01	00	00
ENSINO SUPERIOR	01	00	00
TOTAL	23	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal PALMEIRÓPOLIS

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação PALMEIRÓPOLIS

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos PARANÁ/ NÃO TEM PRESOS

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO COMPLETO	00	00
ENSINO SUPERIOR COMPLETO	00	00
TOTAL	00	00

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) PARANÁ

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00

TOTAL	00	00
-------	----	----

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta PARANÃ

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	00	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	00	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00	00
TOTAL	00	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal PARANÃ

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação PARANÃ

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos PARAÍSO DO TOCANTINS/CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	15	27%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	18	33%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	02	4%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	05	8%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	11	20%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	02	4%
ENSINO SUPERIOR COMPLETO	02	4%
TOTAL	55	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) PARAÍSO DO TOCANTINS/CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00

ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta PARAÍSO DO TOCANTINS/CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	15	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	18	00	00
ENSINO MÉDIO	07	00	00
ENSINO SUPERIOR	13	00	00
TOTAL	53	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal PARAÍSO DO TOCANTINS/CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação PARAÍSO DO TOCANTINS/CPP

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos PEDRO AFONSO

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	11	44%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	11	44%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	03	12%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	00	00
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	00
TOTAL	25	100%



14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) PEDRO AFONSO

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta PEDRO AFONSO

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	11	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	11	00	00
ENSINO MÉDIO	03	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00	00
TOTAL	25	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal PEDRO AFONSO

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação PEDRO AFONSO

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos PEIXE

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	11	27%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	20	50%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	3 (não somar)	000
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	17 (não somar)	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	05	13%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	02	5%

ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	02	5%
TOTAL	40	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) PEIXE

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta PEIXE

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	11	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	20	00	00
ENSINO MÉDIO	05	00	00
ENSINO SUPERIOR	4	00	00
TOTAL	40	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal PEIXE

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação PEIXE

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos PIUM

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	05	46%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	03	27%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	03	27%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	00	00

ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	00
TOTAL	11	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) PIUM

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta PIUM

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	05	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	03	00	00
ENSINO MÉDIO	03	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00	00
TOTAL	11	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal PIUM

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação PIUM

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos PORTO NACIONAL

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	29	30%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	25	26%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	23	23%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	16	16%

ENSINO MÉDIO COMPLETO	05	5%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	00
TOTAL	98	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) PORTO NACIONAL

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta PORTO NACIONAL

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	29	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	25	22	88%
ENSINO MÉDIO	39	05	13%
ENSINO SUPERIOR	05	-	-
TOTAL	98	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal PORTO NACIONAL

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação PORTO NACIONAL

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos TAGUATINGA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	19	35%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	31	56%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	00	00

ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	02	4%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	03	5%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	00
TOTAL	55	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) TAGUATINGA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta TAGUATINGA

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	19	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	31	00	00
ENSINO MÉDIO	02	00	00
ENSINO SUPERIOR	03		
TOTAL	55	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal TAGUATINGA

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação TAGUATINGA

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos TOCANTINÓPOLIS/FEM/MASCULINO

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	15	27%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	17	31%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00

ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	11	20%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	06	11%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	06	11%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	00
TOTAL	55	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18)  
TOCANTINÓPOLIS/FEM/MASCULINO

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta  
TOCANTINÓPOLIS/FEM/MASCULINO

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	08	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	17	00	00
ENSINO MÉDIO	06	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00	00
TOTAL	31	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal TOCANTINÓPOLIS/FEM/MASCULINO

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NAO	NÃO
NÃO	NAO	NÃO

17. Exames de Certificação TOCANTINÓPOLIS/FEM/MASCULINO

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

13. Perfil Educacional dos Presos WANDERLÂNDIA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	14	56%

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:	07	28%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	03	12%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	01	4%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	00
TOTAL	25	100%

14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18)  
WANDERLÂNDIA

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

15. Relação entre a demanda educacional e a oferta WANDERLÂNDIA

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	14	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	07	00	00
ENSINO MÉDIO	03	00	00
ENSINO SUPERIOR	01	00	00
TOTAL	25	00	00

16. Oferta de Educação Não-Formal WANDERLÂNDIA

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

17. Exames de Certificação WANDERLÂNDIA

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO

### 13. Perfil Educacional dos Presos XAMBIOÁ

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	07	28%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	15	60%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	03	12%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	00	00
ENSINO MÉDIO COMPLETO	00	00
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00	00
TOTAL	25	100%

### 14. Oferta de Educação (complementar as informações no quadro 18) XAMBIOÁ

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL (TOTAL)	00	00
ENSINO MÉDIO	00	00
ENSINO SUPERIOR	00	00
TOTAL	00	00

### 15. Relação entre a demanda educacional e a oferta XAMBIOÁ

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	07	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL	15	00	00
ENSINO MÉDIO	03	00	00
ENSINO SUPERIOR		00	00
TOTAL	25	00	00

### 16. Oferta de Educação Não-Formal XAMBIOÁ

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NÃO	NÃO	NÃO
NÃO	NÃO	NÃO

### 17. Exames de Certificação XAMBIOÁ

EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	NÃO	NÃO
ENCCEJA	NÃO	NÃO
ENEM	NÃO	NÃO



## 18. Oferta de Sala de Leitura/Biblioteca

ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES <sup>9</sup>
<b><u>Projetos de leitura:</u></b> * Este mundo é Livre *A Importância do Lúdico na Formação da Cidadania * Diário de Bordo	SEDUC	No ano de 2010 o projeto de Leitura foi contemplado com 2 premiações, sendo uma do Ministério da Cultura do Rio de Janeiro e outra a Nível Estadual

<sup>9</sup> Informar as impressões sobre o acervo, as formas de atendimento, de registro, e outras que achar necessárias.

Quadro 18 – **Oferta de escolarização**

Estabelecimento (01)	Escola (02)	Munic. (03)	Alfab. (04)	Ens. Fund. (05)	Ens. Médio (06)	Total (07)	Vagas (08)	Pop. Atual (09)	% de Atendi (10)	Salas (11)	Turmas (12)	Prof(13)
Cadeia Pública Alvorada (não tem presos)	Cadeia Pública	Alvorada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cadeia Pública Ananás	Cadeia Pública	Ananás	-	-	-			19	00%	00	00	00
Cadeia Pública Araguaçu	Cadeia Pública	Araguaçu	-	-	-			11	00%	00	00	00
Casa de Prisão Provisória Araguaína	Casa de Prisão Provisória	Araguaína	-	-	-			175	00%	00	00	00
Cadeia Pública de Novo Alegre	Cadeia Pública	Araguaína	-	-	--		-	09	00%	00	00	00
Unidade de Regime Semiaberto Araguaína	Unidade de Regime Semiaberto Ursa	Araguaína	-	-	-	-	-	23	00%	00	00	00
Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota – Penitenciária Araguaína	Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota – Penitenciária	Araguaína	-	-	-	-	-	252	00%	00	00	00
Cadeia Pública Araguatins	Cadeia Pública	Araguatins	-	-	-	-	-	45	00%	00	00	00
Cadeia Pública Arapoema	Cadeia Pública	Arapoema	-	-	-	-	-	19	00%	00	00	00
Cadeia Pública Araguacema	Cadeia Pública	Araguacema	-	-	-	-	-	19	00%	00	00	00
Cadeia Pública Arraias	Cadeia pública	Arraias	-	-	-	-	-	25	00%	00	00	00

Estabelecimento (01)	Escola (02)	Munic. (03)	Alfab. (04)	Ens. Fund. (05)	Ens. Médio (06)	Total (07)	Vagas (08)	Pop. Atual (09)	% de Atendi (10)	Salas (11)	Turmas (12)	Prof(13)
Casa de Prisão Provisória Augustinópolis	Casa de Prisão Provisória	Augustinópolis	-	-	-	-	-	51	00%	00	00	00
Cadeia Pública Babaçulândia	Cadeia pública	Babaçulândia	-	-	-	-	-	22	00%	00	00	00
Cadeia Pública de Bernardo Sayão	Cadeia Pública	Bernardo Sayão	-	-	-	-	-	12	00%	00	00	00
Cadeia Pública de Barrolândia	Cadeia Pública	Barrolândia	-	-	-	-	-	25	00%	00	00	00
Casa de Prisão Provisória de Colinas do Tocantins	Casa de Prisão Provisória	Colinas do Tocantins	-	-	-	-	-	45	00%	00	00	00
Cadeia Pública de Colméia	Cadeia Pública	Colméia	-	-	-	-	-	31	00%	00	00	00
Cadeia Pública de Cristalândia	Cadeia Pública	Cristalândia	-	-	-	-	-	41	00%	00	00	00
Cadeia Pública de Darcinópolis	Cadeia Pública	Darcinópolis	-	-	-	-	-	13	00%	00	00	00
Casa de Provisão Provisória de Dianópolis	Casa de Provisão Provisória	Dianópolis	-	-	-	-	-	63	00%	00	00	00
Cadeia Pública de Figueirópolis(masculin o e feminino)	Cadeia Pública	Figueirópolis	-	-	-	-	-	33	00%	00	00	00
Cadeia Pública de Filadélfia	Cadeia Pública	Filadélfia	-	-	-	-	-	15	00%	00	00	00
Cadeia Pública de Formoso do Araguaia	Cadeia Pública	Formoso do Araguaia	-	-	-	-	-	25	00%	00	00	00
Casa de Prisão Provisória de Guaraí	Casa de Prisão Provisória	Guaraí	08	10	10	28		75	68%	01	01	01
Casa de Prisão Provisória de Gurupi	Casa de Prisão Provisória	Gurupi						108	00%	00	00	00

Estabelecimento (01)	Escola (02)	Munic. (03)	Alfab. (04)	Ens. Fund. (05)	Ens. Médio (06)	Total (07)	Vagas (08)	Pop. Atual (09)	% de Atendi (10)	Salas (11)	Turmas (12)	Prof(13)
Centro de Reeducação Social Luz da Manhã – Gurupi/Cariri	Centro de Reeducação Social Luz da Manhã/Cariri	Gurupi/Cariri	-	-	-	-	-	333	00%	00	00	00
Cadeia Pública de Itacajá	Cadeia Pública	Itacajá	-	-	-	-	-	10	00%	00	00	00
Cadeia Pública de Lajeado	Cadeia Pública	Lajeado	-	-	-	-	-	65	00%	00	00	00
Cadeia Pública de Lagoa da Confusão	Cadeia Pública	Lagoa da confusão	-	-	-	-	-	06	00%	00	00	00
Cadeia Pública de Miracema	Cadeia Pública	Miracema	-	-	-	-	-	12	00%	00	00	00
Cadeia Pública de Miranorte	Cadeia Pública	Miranorte	-	-	-	-	-	38	00%	00	00	00
Cadeia Pública de Natividade	Cadeia Pública	Natividade	-	-	-	-	-	25	00%	00	00	00
Casa de Prisão Provisória de Palmas	Casa de Prisão Provisória	Palmas	-	35	05	40		398	10,05 %	01	02	06
Cadeia Pública de Taquaralto – Unidade Prisional Feminina	Unidade Prisional Feminina	Palmas	10	18	01	29		35	80%	01	02	05
Unidade de Regime Semiaberto - URSA - Palmas	Unidade de Regime Semiaberto- URSA	Palmas	-	20	08	28		28	100%	01	02	02
Cadeia Pública de Palmeiras( não tem presos)	Cadeia Pública	Palmeiras	-	-	-	-	-	-	00%	00	00	00
Cadeia Pública de Palmeirópolis	Cadeia Pública	Palmeirópolis	-	-	-	-	-	22	00%	00	00	00

Estabelecimento (01)	Escola (02)	Munic. (03)	Alfab. (04)	Ens. Fund. (05)	Ens. Médio (06)	Total (07)	Vagas (08)	Pop. Atual (09)	% de Atendi (10)	Salas (11)	Turmas (12)	Prof(13)
Cadeia Pública de Paraná	Cadeia Pública	Paraná	-	-	-	-	-	-	00%	00	00	00
Casa de Prisão Provisória de Paraíso do Tocantins	Casa de Prisão Provisória	Paraíso do Tocantins	-	-	-	-	-	55	00%	00	00	00
Cadeia Pública de Pedro Afonso	Cadeia Pública	Pedro Afonso	-	-	-	-	-	25	00%	00	00	00
Cadeia Pública de Peixe	Cadeia Pública	Peixe	-	-	-	-	-	40	00%	00	00	00
Cadeia Pública de Pium	Cadeia Pública	Pium	-	-	-	-	-	11	00%	00	00	00
Casa de Provisão provisória de Porto Nacional	Casa de Provisão provisória	Porto Nacional	-	22	05	27	-	98	27,5%	01	03	05
Cadeia pública de Taguatinga	Cadeia Pública	Taguatinga	-	-	-	-	-	55	00%	00	00	00
Cadeia Pública Tocantinópolis	Cadeia Pública	Tocantinópolis	-	-	-	-	-	55	00%	00	00	00
Cadeia Pública Wanderlândia	Cadeia Pública	Wanderlândia	-	-	-	-	-	25	00%	00	00	00
Cadeia Pública Xambioá	Cadeia Pública	Xambioá	-	-	-	-	-	25	00%	00	00	00

Legenda:

(01) Nome de cada estabelecimento penal que oferece educação  
(02) Escolas responsável pelas matrículas  
(03) Municípios onde estão localizados os estabelecimentos penais  
(04) Matrículas de alfabetização,  
(05) Matrículas de ensino fundamental  
(06) Matrículas de Ensino Médio  
(07) Total Geral das Matrículas

(08) Número de vagas

(09) População carcerária total

(10) Percentual da demanda atendida – (09)/(07)

(11) Número de salas

(12) Número de turmas

(13) Número de professores

Obs: As informações sobre a oferta podem ser ampliada com dados sobre as condições de oferta: equipamentos, carteiras, quadros, mesas, banheiro, bebedouro, etc.

## **5 GESTÃO**

### **5.1 ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS**

#### **a) Secretaria de Educação e a Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos**

A Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) juntamente com a Secretaria Estadual de Justiça e dos Direitos Humanos (SEJUDH) elaboraram Termo de Cooperação Técnica, o qual objetiva atribuir competências para a efetivação da educação no sistema penitenciário do Estado do Tocantins.

O referido possui como objetivo a cooperação técnica, pedagógica, material e financeira entre os partícipes, com intuito de garantir a implantação da Educação Básica, em nível de Ensino Fundamental e Médio na modalidade regular e de Educação de Jovens e Adultos, em Educação Profissionalizante e Educação Especial, conforme a necessidade, nas unidades prisionais do Estado do Tocantins, a fim de oportunizar a ressocialização dos reeducandos e sua reintegração ao convívio social.

A Secretaria Estadual de Educação compromete-se a oferecer aos reeducandos o Ensino Fundamental, Médio, Profissionalizante e Educação Especial na modalidade regular e/ou Educação de Jovens e Adultos aos alunos encarcerados das Unidades Prisionais, Penitenciárias e Regime semiaberto do Estado do Tocantins; Promover a capacitação e encontros pedagógicos para formação de educadores que atuem na presente parceria (professores, agentes penitenciários e prisionais, gestores, técnicos, supervisores e coordenadores das DRE's); Expedir os certificados aos concluintes; Fornecer os materiais didático-pedagógicos para manutenção das atividades pedagógicas inerentes à Educação de Jovens e Adultos - EJA Prisional em nível de Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante bem como, as carteiras, uniformes e materiais de consumo; Supervisionar as atividades pedagógicas e prestar assessoramento técnico pedagógico, suprimindo as necessidades inerentes ao desenvolvimento das atividades pedagógicas da Unidade de Ensino; Ceder e responsabilizar-se pelo pagamento dos professores que atuarão no Ensino Fundamental, Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA e Profissionalizante; Criar, com

profissionais da referida Secretaria Comissão de Estudos e Planejamento acerca da Educação nas Prisões; Fornecer merenda escolar aos detentos regularmente matriculados no Sistema Estadual de Ensino.

A Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça compromete-se a, responsabilizar-se pela efetividade da educação em prisões; Criar, com profissionais da referida Secretaria Comissão de Estudos e Planejamento acerca da Educação nas Prisões; Assessorar as equipes de professores da SEDUC para dar sustentabilidade à educação em prisões; Disponibilizar transporte para os professores em tempo integral, nas unidades que não possui transporte coletivo; Garantir alimentação para os profissionais da SEDUC que atuam na educação em prisões em horário integral; Disponibilizar pessoal com perfil e capacitação específica para segurança dos educandos, bem como, aos professores e equipe pedagógica; Ceder espaço físico adequado e previamente aprovado pelos partícipes para o desenvolvimento das atividades inerentes ao processo de escolarização da Educação de Jovens e Adultos, em nível de Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante; Disponibilizar profissionais da segurança em horário escolar para atuarem permanentemente nas atividades das escolas em prisões; Arcar com a devida manutenção, limpeza, conservação e segurança do espaço físico utilizado pelos alunos; Manter a SEDUC informada sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal da execução das atividades educacionais; Garantir a participação dos professores, gestores, técnicos, supervisores e coordenadores da SEDUC e DRE's nos cursos e eventos sobre o Sistema Prisional realizados pela SEJUDH.

Vale destacar, que no referido termo é previsto algumas obrigações recíprocas, onde os partícipes se comprometem a elaborar o Plano Estadual de Educação nas Prisões, detalhando as atividades a serem desenvolvidas e providenciando, para tanto, dentro de suas disponibilidades orçamentárias e financeiras, os recursos necessários para manter e garantir a efetividade das escolas no sistema prisional; Criar, com profissionais de ambos os partícipes, Comissão de Estudo e Planejamento da educação em prisões no Estado do Tocantins, regulamentando a referida por meio de regimento próprio; Manter, durante toda a execução do presente plano, as obrigações assumidas quando da assinatura do presente Instrumento; Elaborar o Projeto Pedagógico das

Escolas autônomas implantadas nas prisões; Participar da implementação de ações no Projeto Político Pedagógico das escolas mães; Realizar as ações dentro do período de vigência do referido; Assegurar a participação dos detentos nos Exames Nacionais ENEM E ENCCEJA.

Ressalta-se que para alcançarmos com eficácia e eficiência a qualidade da educação no sistema prisional do Estado do Tocantins, objetivamos atingir a meta que segue:

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO DE ALCANCE DA META
Instituir Plano Estratégico de Educação no âmbito do sistema prisional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rever as diretrizes, atribuições e competências das instituições envolvidas na Educação no âmbito do sistema prisional;</li> <li>• Integrar os órgãos responsáveis pelo ensino público com os órgãos responsáveis pela execução penal.</li> </ul>	SEDUC e SEJUDH	31 de janeiro de 2013

### 5.1.2 Resolução do Conselho Estadual de Educação sobre educação nas prisões

A educação no sistema prisional requer o entendimento das suas peculiaridades, sem perder o enfoque na eficiência e eficácia da aprendizagem. Para tanto, foram realizadas reuniões de trabalho com o Conselho Estadual de Educação do Tocantins, com o intuito de compreender as interfaces da Educação no Sistema Prisional, levando a referida instituição compor a convite da SEDUC a Comissão Estadual de Educação nas Prisões do Estado do Tocantins.

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO DE ALCANCE DA META
Criação da Resolução do Conselho Estadual de Educação sobre educação em prisões.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudar as necessidades peculiares da Educação no sistema prisional conforme Resolução N° 2, de 19 de maio de 2010;</li> <li>• Criar Resolução que pautar as necessidades didáticas, pedagógicas e curriculares da Educação para o sistema prisional em todas as modalidades de ensino;</li> <li>• Acompanhar a</li> </ul>	SEDUC, SEJUDH e CEE-TO	31 de janeiro de 2013



	implementação e fiscalização das Diretrizes do Plano Estadual de Educação nas prisões conforme Resolução N° 2, de 19 de maio de 2010.		
--	---	--	--

### 5.1.3 Gestão da organização no sistema penitenciário na SEDUC e SEJUDH

Na Secretaria de Educação o atendimento da educação nos sistemas penitenciários está a cargo da Diretoria da Educação na Diversidade sob ao apoio da Coordenação Jovens e Adultos. Nas Diretorias Regionais de Ensino também está sob a responsabilidade dos técnicos da EJA. Cabem às Diretorias Regionais de Ensino o acompanhamento pedagógico e supervisão/avaliação do processo administrativo e pedagógico, juntamente com a administração penitenciária.

A SEJUDH e SEDUC atualmente compõe a Comissão Estadual de Educação nas Prisões, que possui intuito de realizar pesquisas e acompanhar a eficiência e eficácia da Educação no Sistema Prisional do Estado do Tocantins.

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO DE ALCANCE DA META
Viabilizar gestão em parceria com diferentes esferas e áreas do governo, bem como com Universidades, Instituições de Educação Profissional e organizações da sociedade civil, com vistas a formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas de educação para sujeitos em situação de privação de liberdade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Viabilizar parcerias em perspectiva complementar a política educacional implementada pela SEDUC;</li> <li>• Realizar Termo de Cooperação Técnica entre as instituições com vista a assegurar a implementação do Plano Estratégico de Educação nas Prisões no Tocantins.</li> </ul>	SEDUC e SEJUDH	31 de janeiro de 2013

### 5.1.4 Regras e procedimentos de rotina

As regras e procedimentos de rotina para atender professores que trabalham no sistema penitenciário serão elaborados pelos coordenadores das Unidades Prisionais a fim de que se possa atingir o máximo de generalização. No entanto, o Plano de Educação em Prisões aponta regras e procedimentos

mínimos para que professores e demais técnicos em educação possam preparar-se antes de entrar para as Unidades Prisionais e desenvolver qualquer tipo de trabalho, tais como, atitudes que garantam a segurança do indivíduo, seja ele professor(a); o agente e o preso devem ser observados de imediato, no entanto, para além das questões materiais, é importante ressaltar a importância da preparação psicológica de quem pretende trabalhar dentro do sistema, uma vez que trata-se de um ambiente atípico ao que se está acostumado, com diferentes formas de tensões cotidianas que podem modificar o *modus vivendis* do indivíduo muito rapidamente.

Regras como a roupa que se deve usar, não portar objetos cortantes, bem como materiais inflamáveis, são observadas de imediato por quem coordena e/ou trabalha diretamente com presos e quase sempre há uma lista de “não fazeres” disponibilizada para quem entrará nas unidades para desenvolver atividades educacionais. Cada Unidade tem regras próprias porque depende do regime penal, semi-aberto, fechado, agrícola ou casa de albergado.

Portanto, será realizado em conjunto com os coordenadores das unidades prisionais e chefes de segurança a previsão de regras mínimas para todas as Unidades. Enfatizamos a importância de uma Portaria estabelecendo critérios, regras e procedimentos, porém, é importante estudos e reuniões de trabalho com os atores que atuam diretamente no trabalho do sistema prisional.

<b>META</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>PERÍODO DE ALCANCE DA META</b>
Criação da Normativa de Regras e procedimentos mínimos da oferta da educação no sistema prisional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudar as necessidades peculiares da Educação no sistema prisional;</li> <li>• Elaborar Normativa definindo regras e padronização de procedimentos a respeito da rotina da oferta de educação, prevendo atendimento diferenciado de acordo com as especificidades de cada medida e/ou regime prisional, considerando as necessidades de inclusão e acessibilidade;</li> <li>• Implementar Normativa;</li> <li>• Avaliar a eficácia e eficiência da Normativa, criando indicadores de resultado.</li> </ul>	SEDUC e SEJUDH	31 de julho de 2013.

### **5.3 GESTÃO DE PESSOAS**

#### **5.3.1 Seleção dos professores e agentes que atuam na oferta de educação**

##### **a) Agentes penitenciários**

O sistema penitenciário do Estado do Tocantins não é composto por servidores de carreira e/ou especializados nessa área. São servidores oriundos de outros órgãos do governo e contratados. Além disso, algumas unidades foram terceirizadas e os agentes que trabalham no sistema são contratados pela empresa responsável pelos serviços terceirizados. Nessas unidades os servidores do Estado têm como atribuição acompanhar e monitorar os serviços prestados, uma vez que a coordenação da unidade é exercida por um Agente Penitenciário. Os Agentes Penitenciários que atuam na oferta de educação no presídio são os mesmos que estão cumprindo seu plantão do dia.

Em uma situação atípica em relação ao funcionamento do sistema penitenciário, os agentes penitenciários são servidores do quadro da Polícia Civil, concursados pela Secretaria da Segurança Pública. Desde o ano de 2008 a situação dos servidores cedidos ao sistema penitenciário tem se agravado uma vez que a formação recebida pela categoria não é compatível com o que preceitua o modelo de serviço do sistema penitenciário com a formação recebida pelos policiais civis.

No ano de 2012 foi estabelecido pelo Decreto nº 4.499 de 1º de março, que os Policiais Civis e Agentes Penitenciários estão cedidos para a Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, para trabalharem no Sistema Penitenciário do Estado do Tocantins, portanto, pertencem ao quadro da Secretaria da Segurança Pública.

De toda forma, os Agentes Penitenciários prestam serviços nas unidades prisionais, às vezes como chefes de segurança ou como coordenadores. Os demais servidores do Sistema Penitenciário, assistentes administrativos e da área da saúde são oriundos de outros órgãos, o que configura uma rotatividade muito grande.

#### **b) Profissionais da SEDUC**

Os profissionais da Educação que atuam no âmbito das Diretorias Regionais de Ensino que acompanham a educação no sistema prisional são funcionários efetivos da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins. Os docentes que atuam nas prisões são em sua maioria funcionários contratados, o que tem dificultado a formação continuada, dentre outros fatores. Diante desta situação será previsto a seguinte meta abaixo, visando o desenvolvimento de um trabalho contínuo, eficiente e eficaz na educação nas prisões.

<b>META</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>PERÍODO DE ALCANCE DA META</b>

Garantir a permanência dos profissionais da educação que atuam no sistema prisional conforme Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar estudo de viabilidade jurídica e financeira para garantir que os profissionais que atuarão na educação nos presídios sejam funcionários efetivos da SEDUC;</li> <li>• Institucionalizar juridicamente a estrutura organizacional da educação dentro do sistema prisional;</li> <li>• Criar banco de dados.</li> </ul>	SEDUC	31 de janeiro de 2013
---	---	-------	-----------------------

### 5.3.2 Profissionais envolvidos

Devido não existir um banco de dados atualizado dos servidores que estão atuando no sistema prisional do Estado do Tocantins, algumas informações não foram possíveis de serem coletadas, porém, foi previsto durante a elaboração do presente plano a constituição de uma meta para a organização de um banco de dados, que permita o contato constante destes com a Comissão Estadual de Educação nas Prisões e órgãos responsáveis pela implementação do mesmo, tendo como objetivo principal acompanhar a implementação do presente plano.

**a) Profissionais da SEDUC**

<b>NOME</b>	<b>CARGO/FUNÇÃO</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>E-MAIL</b>
ADELAIDE GOMES DE ARAÚJO	ASSESSORIA PEDAGÓGICA	PEDAGOGA MESTRANDA EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL ESPECIALISTA EM DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR MBA EM GESTÃO DE PROJETOS E CIDADES	DIRETORIA DA DIVERSIDADE	adelaidega@yahoo.com.br
CRISTIANE VIDOTTI	ASSESSORIA PEDAGÓGICA	LICENCIADA EM FILOSOFIA E HISTÓRIA ESPECIALISTA EM METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E DO NEGRO NO BRASIL	DIRETORIA DA DIVERSIDADE	prof.vidotti05@gmail.com
CÁSSIA MASCARENHAS ALENCAR	ASSESSORIA PEDAGÓGICA	PEDAGOGA ESPECIALISTA EM FORMAÇÃO SOCIOECONOMICA DO BRASIL	DIRETORIA DA DIVERSIDADE	cassia.pedagoga.seduc@gmail.com
ELIZIETE VIANA PAIXÃO	TÉCNICA DA EJA	PEDAGOGA ESPECIALISTA EM ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR	DIRETORIA DA DIVERSIDADE	elizietevp@gmail.com
MILENA BEZERRA CÔRTEZ SILVA	COORDENADORA DA EJA	PEDAGOGA ESPECIALISTA EM AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	DIRETORIA DA DIVERSIDADE	milencortes@educ.to.gov.br
MARISA PATAN SOMMER	PROFESSOR	PEDAGOGIA ESPECIALISTA EM GESTÃO ESCOLAR	DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO GURUPI	marisa.patan@hotmail.com
ELIZONAR DIAS DOS REIS	TÉC.DE ACOMPANHAMENTO	LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO	elizonar@hotmail.com
MARINUZIA DE FREITAS SANTOS	TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO – DRE	GRADUAÇÃO: PEDAGOGA E BIÓLOGA ESPECIALISTA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA MATEMÁTICA	CADEIA PUBLICA DE GUARÁI	marinuziafreitas@hotmail.com
GENILDA AURÉLIO DA	COORDENADORA	PEDAGOGA	CADEIA	genildaacunha@hotmail.co

CUNHA	PEDAGÓGICA	ESPECIALISTA EM GESTÃO ESCOLAR	PUBLICA DE GUARAI	m
ZUELI DAMARES DE MELO LIMA	PROFESSORA	PEDAGOGA	CADEIA PUBLICA DE GUARAI	educbasica-guarai@seduc.to.gov.br
MARIA MILTA DE OLIVEIRA PEREIRA LEITE	DIRETORA	PEDAGOGA	CADEIA PUBLICA DE GUARAI	mltaguarai@hotmail.com
GEDEÃO JOSÉ DE SOUSA	PROFESSOR DE MÚSICA	ENSINO MÉDIO	CADEIA PÚBLICA DE GUARAI	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
MARIA DE LOURDES SOLINO RIBEIRO	TÉCNICA DA DIVERSIDADE	NORMAL SUPERIOR	DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO	cgp-paraiso@seduc.to.gov.br lourdesolino@gmail.com
MARILENE RAMOS DOS SANTOS	COORD. REGIONAL DA EJA/PRISIONAL – CONTRATADA	LIC. EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA, ESPECIALIZAÇÃO EM PEDAGOGIA ESCOLAR-ORIENTAÇÃO, SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO PEDAGÓGICA-CONCLUINDO	DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO	ramosdossantosmarilene@yahoo.com.br
DORACI GOMES DE MATOS OLIVEIRA	PROFESSORA	LIC. EM LETRAS	ESC. EST. ALCIDES R. AIRES – EXTENÇÃO CPP DE PORTO NACIONAL	doracigmoliveira@yahoo.com.br
OLGA PEREIRA BELÉM	PROFESSORA	LIC. EM LETRAS – ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA	ESC. EST. ALCIDES R. AIRES – EXTENÇÃO CPP DE PORTO	olgabellem@hotmail.com

			NACIONAL	
MARILENE SOUZA AZEVEDO	PROFESSORA	LIC. EM GEOGRAFIA – ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL E METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS – HISTÓRIA E GEOGRAFIA.	ESC. EST. ALCIDES R. AIRES – EXTENÇÃO CPP DE PORTO NACIONAL	marileneazevedo69@hotmail.com
ANA PAULA PACHECO BARROS	PROFESSORA	LIC. EM GEOGRAFIA	ESC. EST. ALCIDES R. AIRES – EXTENÇÃO CPP DE PORTO NACIONAL	paulabarros01@hotmail.com
GESSI FERREIRA RODRIGUES	SUPERVISORA TÉCNICA- DRE	LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA- ESPACIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR	DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO DE PALMAS- DRE	Gfrodriques2010@hotmail.com
SILVANETE MARIA DA SILVA	COORDENADORA PEDAGÓGICA	LETRAS LICENCIATURA PLENA –HAB. PORTUGUÊS/INGLÊS ESPECIALIZAÇÃO EM AVALIAÇÃO ESCOLAR	ESC. EST. NOVA GERAÇÃO REGIME FECHADO-CPP	Sil...(nete-20@hotmail.com)
SUSAN SUELY PRADO	PROFESSORA	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA- ESPECIALI. EM SUPERVISÃO ESCOLAR	ESC. EST. NOVA GERAÇÃO REGIME FECHADO-CPP	
VALÉRIA FERNANDES DA SILVA	PROFESSORA	PEDAGOGA C/HAB NAS SÉRIES INICIAIS E SUPERVISÃO ESCOLAR	ESC. EST. NOVA GERAÇÃO REGIME	



			FECHADO-CPP	
MARCOS VINICIUS F. NASCIMENTO	PROFESSOR	LICENCIATURA EM LETRAS HAB/INGLÊS	ESC. EST. NOVA GERAÇÃO REGIME FECHADO-CPP	
CELSO SIQUEIRA DA SILVA	PROFESSOR	LICENCIADO EM HISTÓRIA	ESC. EST. NOVA GERAÇÃO REGIME FECHADO-CPP	
JÚLIO CÉSAR BARRETO MOREIRA	PROFESSOR	LICENCIADO EM MATEMÁTICA	ESC. EST. NOVA GERAÇÃO REGIME FECHADO-CPP	
MARIA DO ROSÁRIO MARQUES LOPES	COORDENADORA PEDAGÓGICA	PEDAGOGIA/ESPECIALIZAÇÃO ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL, GESTÃO ESCOLAR.	ESCOLA ESTADUAL NOVA GERAÇÃO/UNIDADE DE REGIME SEMI ABERTO-URSA	
IVANILDE ALVES DA SILVA	PROFESSORA	PEDAGOGIA	ESCOLA ESTADUAL NOVA GERAÇÃO/UNIDADE DE REGIME SEMI ABERTO-URSA	
DJANICE SALES DE SENA	PROFESSORA	LICENCIADA EM GEOGRAFIA	ESCOLA ESTADUAL NOVA GERAÇÃO/UNI	

			DADE DE REGIME SEMI ABERTO-URSA	
MARIA DO CARMO PEREIRA GUIMARÃES	PROFESSORA	LICENCIADA EM LETRAS	ESCOLA ESTADUAL NOVA GERAÇÃO/UNI DADE DE REGIME SEMI ABERTO-URSA	
ESTEFANIA MARIA PORANGABA SANTOS	PROFESSORA	PEDAGOGIA/INSPEÇÃO ESCOLAR	ESCOLA ESTADUAL NOVA GERAÇÃO/UNI DADE DE REGIME SEMI ABERTO-URSA	
RAIMUNDA MONTEIRO DE CARVALHO	COORDENADORA PEDAGÓGICA	PEDAGOGIA ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR	UNIDADE PRISIONAL FEMININO	monteirocarvalho@hotmail. com
IRACY PEREIRA DA SILVA	PROFESSORA	NORMAL SUPERIOR	UNIDADE PRISIONAL FEMININO	
FÁTIMA RODRIGUES ROSA	PROFESSORA	LÍNGUA PORTUGUESA/MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO	UNIDADE PRISIONAL FEMININO	
ROSALINA RODRIGUES FERREIRA	PROFESSORA	HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO HISTÓRIA DA ÁFRICA	UNIDADE PRISIONAL FEMININO	
RENATO AYRES DA SILVA	PROFESSOR	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	UNIDADE PRISIONAL FEMININO	

## b) Profissionais da Segurança Pública

NOME <sup>10</sup>	CARGO/FUNÇÃO	UNIDADE
ARMANDO DE SOUZA RABELO	COORDENADOR	ANANÁS
ABDNUR FARRADE ABRÃO	COORDENADOR	ARAGUAÇU
MAGNO DA SILVA REIS	COORDENADOR	ARAGUAÍNA – CPP*
WANDERLAN RUFINO DE FRANÇA	COORDENADOR	ARAGUAINA –UTPBG*
RAIMILLANDE PEREIRA DA SILVA	COORDENADOR	ARAGUAINA-URSA**
JOSE DE SOUSA ROCHA FILHO	COORDENADOR	ARAGUATINS
RICARD SILVA RIBEIRO	COORDENADOR	ARAPOEMA
MAGNALDO ARAUJO RODRIGUES	COORDENADOR	ARAGUACEMA
WILLIAM MARQUES DE OLIVEIRA	COORDENADOR	ARRAIAS
JOSE ANTONIO DA SILVA	COORDENADOR	AUGUSTINÓPOLIS
WALDIOLY CHAVES PEREIRA	COORDENADOR	BABAÇULÂNDIA-UPF***
EUDAZIO NOBRE DA SILVA	COORDENADOR	BERNARDO SAYÃO
EDNA RIBEIRO DE SOUSA SANTOS	COORDENADOR	BARROLANDIA
DANIEL BARBOSA DA SILVA FILHO	COORDENADOR	CARIRI-CRSLA
SAUL DE SOUSA BARBOSA	COORDENADOR	COLINAS
JERDEAN LIRA	COORDENADOR	COLMÉIA
CLEMILTON ALVES RIBEIRO DE SOUSA	COORDENADOR	CRISTALÂNDIA
ADRIANO PEREIRA DE ARAUJO	COORDENADOR	DARCINÓPOLIS
RONDINELE ALVES LIMA	COORDENADOR	DIANÓPOLIS-CPP
CHRISTIANNE FRAGA OLIVEIRA	COORDENADOR	FIGUEIRÓPOLIS-UPF

<sup>10</sup> \*CPP: Casa de Prisão Provisória

\*\* UTPBG: Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota

\*\*\*UPF: Unidade Prisional Feminina

MARCUS VINICIUS FRAGOSO ARRUDA	COORDENADOR	FILADÉLFIA
ROGERIO MARTINS MESSIAS NETO	COORDENADOR	FORMOSO ARAGUAIA
JOAN TEIXEIRA SOBRINHO	COORDENADOR	GUARAÍ
PAULO SERGIO VIEIRA DE SOUZA	COORDENADOR	GURUPÍ – CPP
CHARLES RODRIGUES DE ARAUJO	COORDENADOR	ITACAJA
EDINARDO DIAS DA SILVA	COORDENADOR	LAJEADO
ELIETE SOARES DE SOUZA	COORDENADOR	LAGOA DA CONFUSAO-UPF
GENIVALDO BARROS DE OLIVEIRA	COORDENADOR	MIRACEMA
EMIVALDO DE SOUSA MOTA	COORDENADOR	MIRANORTE
WEDSON RODRIGUES FIGUEIRA	COORDENADOR	NATIVIDADE
DANIEL SIMÕES DUARTE	COORDENADOR	NOVO ALEGRE
RUBENS JULIATE DE CANTUARIA	COORDENADOR	PALMAS - CPP
MOISEMAR ALVES MARINHO	COORDENADOR	PALMAS - URSA
VINICIUS LIMA SILVA	COORDENADOR	PALMEIRAS-UPF
BRASILIO TAVARES SENA	COORDENADOR	PALMEIROPOLIS
MAGNO DA SILVA REIS	COORDENADOR	PALMEIRANTE
DIVINO AMARO DOS SANTOS	COORDENADOR	PARANÁ
JEAN PEREIRA DA SILVEIRA	COORDENADOR	PARAISO -CPP
FABIO VINICIUS UMBELINO DE SOUSA	COORDENADOR	PEDRO AFONSO
ANDREA SIMIÃO DA SILVA	COORDENADOR	PEIXE
GILSON ALVES DE ABREU	COORDENADOR	PIUM
ALYSSON AGUIAR ALVES	COORDENADOR	PORTO NACIONAL -CPP
DALTO JOSE BITTENCOURT	COORDENADOR	TAGUATINGA
VINICIUS LIMA SILVA	COORDENADOR	TOCANTINOPOLIS
JEAN CARLOS GOMES FERREIRA	COORDENADOR	WANDERLANDIA
RAIMUNDO SOARES RIBEIRO	COORDENADOR	XAMBIOÁ

LUCIVANIA BARBOSA MARINHO	COORDENADOR	TAQUARALTO-UPF
---------------------------	-------------	----------------

### C) Profissionais da Escola Penitenciária

NOME	CARGO/FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	UNIDADE	E-MAIL
DORACI GOMES DE MATOS OLIVEIRA	PROFESSORA	LIC. EM LETRAS	ESC. EST. ALCIDES R. AIRES – EXTENÇÃO CPP DE PORTO NACIONAL	doracigmoliveira@yahoo.com.br
OLGA PEREIRA BELÉM	PROFESSORA	LIC. EM LETRAS – ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA	ESC. EST. ALCIDES R. AIRES – EXTENÇÃO CPP DE PORTO NACIONAL	olgabellem@hotmail .com
MARILENE AZEVEDO SOUZA	PROFESSORA	LIC. EM GEOGRAFIA – ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL E METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS – HISTÓRIA E GEOGRAFIA.	ESC. EST. ALCIDES R. AIRES – EXTENÇÃO CPP DE PORTO NACIONAL	marileneazevedo69@hotmail.com
ANA PAULA PACHECO BARROS	PROFESSORA	LIC. EM GEOGRAFIA	ESC. EST. ALCIDES R. AIRES – EXTENÇÃO CPP DE PORTO NACIONAL	Paulabarros01@hotmail.com
MARIA CLÉLIA VERAS CÉSAR SILVA	AGENTE PENITENCIÁRIA/DIRETORA DA ESCOLA PENITENCIÁRIA	PÓS-GRADUAÇÃO	ESCOLA PENITENCIÁRIA	esc.penitenciaria@gmail.com
BÁRBARA RISOMAR DE SOUSA	PROEB/TÉCNICA EM EDUCAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	ESCOLA PENITENCIÁRIA	esc.penitenciaria@gmail.com
CLÁUDIO DE SOUSA SANTOS	AGENTE PENITENCIÁRIO	PÓS-GRADUAÇÃO	ESCOLA PENITENCIÁRIA	esc.penitenciaria@gmail.com

SONARA PEREIRA BARBOSA NEVES	AGENTE PENITENCIÁRIA	NIVEL SUPERIOR INCOMPLETO	ESCOLA PENITENCIÁRIA	ESC.PENITENCIARIA@GMAIL.COM
GENILDA AURÉLIO DA CUNHA	COORDENADOR A PEDAGÓGICA	PEDAGOGA ESP. GESTÃO ESCOLAR	CADEIA PUBLICA DE GUARAÍ	GENILDAACUNHA@HOTMAIL.COM
ZUELI DAMARES DE MELO LIMA	PROFESSORA	PEDAGOGA	CADEIA PUBLICA DE GUARAÍ	EDUCBASICA- GUARAI@SEDUC.TO.GOV.BR
GEDEÃO JOSÉ DE SOUSA	PROFESSOR DE MÚSICA	ENSINO MÉDIO	CADEIA PÚBLICA DE GUARAÍ	-----

**d) Profissionais da SEJUDH**

NOME	CARGO/FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	UNIDADE	E-MAIL
DIORGINIS COSTA SOUZA	COORD. DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	SUPERIOR	SEJUDH	diorgenscsouza@gmail.com
GABRIELA SILVA MIGUEL	DIRETORA DE ASSISTÊNCIA AO PRESO E EGRESSO	SUPERIOR	SEJUDH	dape@sejudh.to.gov.br
ROSANA BARRETO MARTINS	COORDENADORA DE ASSISTÊNCIA A EDUCAÇÃO	SUPERIOR	SEJUDH	rosanabamorim@hotmail.com

<b>META</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>PERÍODO DE ALCANCE DA META</b>
Criar banco de dados dos profissionais que atuam no sistema prisional que estão envolvidos diretamente com a oferta da educação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazer levantamento do perfil profissional dos servidores;</li> <li>• Organizar banco de dados que envolvam informações gerais dos servidores da SEDUC, SEJUDH, Secretaria de Segurança Pública e Escola Penitenciária;</li> <li>• Atribuir competências para manter atualizado o banco de dados.</li> </ul>	SEDUC, Escola Penitenciária, SEJUDH, Secretaria de Segurança Pública.	31 de janeiro de 2013

### 5.3.3 Remuneração dos profissionais

Não há remuneração adicional para os profissionais que trabalham com educação no sistema prisional do Estado do Tocantins. Entendemos a necessidade de que os profissionais envolvidos com a educação no sistema prisional devam possuir formação e remuneração condizente com as especificidades da função. Atualmente os profissionais da educação que atuam no sistema prisional recebem remuneração condizente com a Lei Estadual nº 1.533, de 29 de dezembro de 2004.

Para tanto, será previsto como meta neste plano o estudo orçamentário dos aspectos pontuados acima, conforme tabela abaixo.

<b>META</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>PERÍODO DE ALCANCE DA META</b>
Prever e assegurar percentual de acréscimo adicional à remuneração dos profissionais que atuam na educação do sistema prisional levando em consideração a Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar estudo financeiro;</li> <li>• Realizar estudo jurídico;</li> <li>• Indicar percentual e condições de acréscimo;</li> </ul>	SEDUC, Escola Penitenciária, SEJUDH, Secretaria de Segurança Pública.	31 de dezembro de 2013

### 5.3.4 Programas de atendimento aos profissionais que atuam nos estabelecimentos penais

Ainda não há programa específico para atendimento dos profissionais que trabalham dentro dos presídios. Todos participam do mesmo tipo de formação continuada ofertados pela SEDUC-TO, SEJUDH e Escola Penitenciária.

A Escola Penitenciária é o setor responsável pela formação dos servidores, no que tange as questões da ressocialização, porém, oferta cursos para servidores contratados da área administrativa.

A Secretaria de Educação é responsável pela formação continuada dos professores que atuam no sistema prisional no que tange às questões didáticas, pedagógicas e curriculares.

Entendendo que o contato com os profissionais permitirá disseminar uma educação com mais qualidade e que os profissionais necessitam de acompanhamento psicossocial devido às peculiaridades da educação no sistema prisional, será previsto a meta que segue na tabela abaixo.

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO DE ALCANCE DA META
Criar programa de atendimento especial aos professores e agentes que atuam diretamente com a oferta da educação nas prisões;	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estruturar programa de atendimento social, educacional e psicológico para os profissionais envolvidos com o sistema prisional do Estado do Tocantins;</li><li>• Construir dimensões pedagógicas e psicossociais de atendimento;</li><li>• Estruturar metas de atendimento, monitoramento, formação sociológica e pedagógica dos profissionais que atuam no sistema prisional.</li></ul>	SEDUC, Escola Penitenciária, SEJUDH.	31 de janeiro de 2013



### **5.3.5 Metas para contratação de profissionais**

#### **a) Profissionais da Segurança Pública**

Foi planejado o concurso para o sistema penitenciário no PPA 2011-2012, porém, não foi realizado, em parte devido à terceirização. No momento aguarda-se a revisão do PPA para que seja re-planejado e estabelecido uma meta para realização do concurso, bem como alocado recurso. Vale destacar, que o referido concurso trata-se para os profissionais da Segurança Pública.

#### **c) Profissionais da Educação**

Em relação aos profissionais da Educação está sendo realizado estudos orçamentários e de formação de seleção permanente para professores e monitores para atuarem em todos os estabelecimentos penais conforme citados no quadro 18. Objetiva-se a criação de uma carreira do magistério específica para educação nas prisões. A viabilidade decorrente do estudo é prevista para o segundo semestre do ano de 2013.

## **5.4 REGISTROS ESCOLARES**

### **5.4.1 Inserção das informações referentes às salas anexo/extensão no Censo Escolar**

A organização escolar é feita com base nas normas e procedimentos gerais de registros escolares da Secretaria Estadual de Educação, tendo como respaldo normativo os preceitos gerais do Conselho Estadual de Educação para oferta da Educação Básica e Ensino Técnico profissionalizante.

### **5.4.2 Organização**

O histórico escolar é realizado por meio das escolas vinculadas aos presídios, não havendo uma estratégia específica de informações acerca dos alunos que encontram-se no sistema prisional.

<b>META</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>PERÍODO DE ALCANCE DA META</b>
<p>Criar banco de dados específico para os registros escolares dos alunos inseridos no sistema prisional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organizar informações mensalmente acerca dos estudos dos detentos;</li> <li>• Capacitar os profissionais da educação envolvidos com a educação no sistema prisional no que diz respeito à manutenção do banco de dados;</li> <li>• Criar sistema de acompanhamento dos presos (as) e egressos.</li> </ul>	SEDUC e SEJUDH.	31 de janeiro de 2013

## 5.5 ARTICULAÇÃO E PARCERIAS

### 5.5.1 As estratégias para informar, mobilizar e integrar a sociedade na oferta de educação formal, não formal e na qualificação profissional

<b>META</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>PERÍODO DE ALCANCE DA META</b>
<p>Informar a sociedade na oferta de educação nos estabelecimentos penais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgar o plano nas mídias digitais, impressas e televisivas;</li> <li>• Divulgar o plano no Seminário da Diversidade da SEDUC/TO</li> </ul>	SEDUC e SEJUDH	2012/02
<p>Mobilização da sociedade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Está sendo realizado estudo com as IES e instituições de defesa dos direitos humanos para previsão das ações que envolverão a sociedade</li> </ul>	SEDUC e SEJUDH	2012/02
<p>Integração da sociedade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Está sendo realizado estudo com as IES e instituições de defesa dos direitos humanos para previsão das ações que</li> </ul>	SEDUC E SEJUDH	2012/02

	envolverão a sociedade.		
Criação de um Fórum Permanente de Educação nas Prisões	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomentar políticas públicas em prol do desenvolvimento da Educação Prisional.</li> </ul>	SEDUC e SEJUDH	2013/01

### 5.5.2 Formas de divulgação do Plano

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO DE ALCANCE DA META
Divulgar o plano Estadual de Educação em Prisões do Tocantins.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgar o plano nas mídias televisas, impressas e digitais;</li> <li>• Divulgar o plano no Seminário Estadual de Educação nas Prisões junto aos parceiros;</li> <li>• Divulgar o plano na formação inicial dos atores envolvidos nos sistema prisional;</li> <li>• Divulgar o plano nas Diretorias Regionais de Ensino;</li> <li>• Articular a divulgação do plano nos presídios e cadeias públicas.</li> </ul>	SEDUC, SEJUDH e parceiros.	30 de novembro de 2012.

### 5.5.3 Meta de distribuição do Plano

Meta	Ações	Responsáveis	Período de alcance da meta
Distribuição do Plano Estadual de Educação nas Prisões.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Após o Seminário da Diversidade será encaminhado cópia do plano para os parceiros envolvidos no Plano Estadual de Educação nas Prisões;</li> <li>• Será encaminhada cópia</li> </ul>	SEDUC e SEJUDH	2012/02

	para as instituições de defesa dos direitos humanos; • Será encaminhada cópia para os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário em âmbito de estado e municípios; • Será encaminhada cópia para as Diretorias Regionais de Ensino, escolas extensões e seus respectivos estabelecimentos penais.		
--	--	--	--

#### 5.5.4 As instituições parceiras que atuarão nos estabelecimentos penais, as formas e os critérios de participação

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO DE ALCANCE DA META
Ofertar cursos técnicos profissionalizantes e de qualificação profissional nos estabelecimentos penais.	• Realizar mapeamento vocacional para levantamento dos cursos a serem ofertados; • Elaborar proposta pedagógica para os cursos técnicos profissionalizantes condizente com as especificidades da educação no sistema prisional; • Assegurar através de cooperação técnica a oferta dos cursos técnicos profissionalizantes, garantindo estrutura pedagógica e didática.	SEDUC, SEJUDH.	2013/01
Ofertar educação básica e ensino superior na modalidade à distância.	• Realizar estudo didático e pedagógico para ofertar educação básica e ensino superior na modalidade à distância;	SEDUC, SEJUDH e Instituto Federal e Tecnológico do Tocantins.	2013/01

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar através de cooperação técnica a oferta da educação básica e ensino superior na modalidade à distância.</li> </ul>		
Ofertar cursos de capacitação técnica para os familiares dos presos e presas,	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar estudo vocacional e diagnóstico psicossocial das famílias dos presos e presas;</li> <li>• Realizar estudo didático, pedagógico e operacional para oferta de cursos de capacitação profissional;</li> <li>• Assegurar através de cooperação técnica a oferta de cursos de capacitação técnica aos familiares dos presos e presas.</li> </ul>	SEDUC, SEJUDH e Secretaria de Trabalho e Assistência Social.	2013/02
Assegurar incentivo fiscal as empresas que admitirem presos e presas em condições de trabalho como empregados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar estudo de viabilidade fiscal, financeira e jurídica;</li> </ul>	SEJUDH e Secretaria Estadual da Indústria e Comércio.	2013/02
Estruturar as diretrizes da educação no sistema prisional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar estudos para assegurar a constituição de Diretrizes e parâmetros para educação no sistema prisional conforme suas peculiaridades.</li> </ul>	SEDUC e Conselho Estadual de Educação.	2013/02
Desenvolver pesquisas acerca do sistema prisional do Estado do Tocantins	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar grupo de pesquisa com as IES no intuito de fomentar a pesquisa e extensão universitária nos estabelecimentos penais;</li> <li>• Realizar pesquisas acerca do sistema prisional do Estado do Tocantins, no que concerne as seguintes áreas: educação; políticas públicas, desenvolvimento humano;</li> </ul>	Universidade Federal do Tocantins, Centro Universitário Luterano de Palmas – ULBRA, Escola Penitenciária, Instituições de defesa dos direitos humanos, Universidade Estadual do	2013/02

	<p>criminologia; direitos humanos; finanças públicas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituir a Comissão Estadual de Educação nas prisões.</li> </ul>	Tocantins, Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, Instituto Federal Tecnológico de Educação do Tocantins, SEDUC e SEJUDH	
Ofertar capacitação técnica em pedagogia carcerária aos professores, tutores e agentes penitenciários envolvidos com educação no sistema prisional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar estudo pedagógico e didático;</li> <li>• Estruturar a formação da oferta da formação em pedagogia carcerária;</li> <li>• Assegurar formação em pedagogia carcerária.</li> </ul>	SEDUC, SEJUDH e Escola Penitenciária.	2013/02
Acompanhar a eficiência e eficácia da implementação do Plano Estadual de Educação nas Prisões	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar monitoramento através da constituição de indicadores de resultado possibilitando acompanhamento ao preso e ao egresso.</li> </ul>	Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Estadual de Educação, SEDUC e SEJUDH	2013/02
Cadastrar os egressos e suas famílias no Programa Nascer da Terra	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar estudo de viabilidade.</li> </ul>	INCRA, MDA e SEJUH	2013/01

### 5.5.6 Qual a participação dos órgãos da execução penal

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO DE ALCANCE DA META
Assegurar a participação dos órgãos de execução penal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaborar diretrizes para acompanhamento através de diagnóstico da vida dos presos e presas;</li> <li>• Inserir os órgãos de</li> </ul>	SEDUC, SEJUDH e órgãos de Execução Penal.	2013/02

	execução penal na Comissão Estadual de Educação nas Prisões e nas ações desenvolvidas nos estabelecimentos penais.		
--	--	--	--

#### **5.5.7 Se existe representante do sistema penitenciário na Comissão Estadual da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado da Alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos**

Há representantes da Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos do Estado do Tocantins na Comissão Territorial de Desenvolvimento Integrado da Alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos. Enfatizamos que ocorrem reuniões periodicamente e está sendo previsto a formatação da integração da referida nas ações de sensibilização, divulgação e mobilização da sociedade para as ações e consequentemente alcance das metas do Plano Estadual de Educação nas Prisões.

#### **5.5.8 As estratégias para incluir a pauta da educação nas prisões nas reuniões da Comissão Estadual**

<b>Meta</b>	<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Período de alcance da meta</b>
Assegurar a temática educação nas prisões nas reuniões da Comissão Estadual.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incluir a pauta da educação nas prisões nas reuniões da Comissão Estadual;</li> <li>• Inserir a Comissão Territorial de Desenvolvimento Integrado da Alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos na Comissão Estadual de Educação nas Prisões.</li> </ul>	SEDUC	2013/01

**5.5.9 Se existem parcerias com Instituições de Ensino Superior, e como elas acontecem.**

Atualmente não há parcerias com as Instituições de Ensino Superior, porém, está em fase de planejamento a organização de ações articuladas com as referidas conforme mencionado em outros momentos no presente plano.

**5.5.10 Se a Escola Penitenciária está em funcionamento e sua participação na oferta de educação nas prisões**

A escola penitenciária encontra-se em funcionamento, e sua participação efetiva se dará a partir do planejamento das ações que serão desenvolvidas no presente plano.



## 6 FINANCIAMENTO

### PPA DO SISTEMA PRISIONAL 2012<sup>11</sup>

SETOR:		COORDENAÇÃO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			
PROGRAMA:		EDUCAÇÃO BÁSICA			
		PLANEJAMENTO DE AÇÕES NO SISTEMA PRISIONAL			
ITEM	ATIVIDADE	PÚBLICO ALVO	METODOLOGIA	Orçamento	
				2012	
1	Participação de gestores e técnicos de EJA e equipes vinculadas à Política de Educação em Prisões em seminários, formações e fóruns estaduais e interestaduais.	Gestores e técnicos	Realizar inscrições, pagar passagens para participação em formações, seminários reuniões e fóruns estaduais e interestaduais.	R\$	85.000,00
2	Formação Continuada para as equipes vinculadas à Política de Educação Prisional do Estado do Tocantins.	Técnicos e gestores das UEs que atuam na Educação em Prisões.	Realizar 02 encontros de formação continuada em Polos para técnicos e gestores que atuam na modalidade EJA em Educação em Prisões.	R\$	155.000,00
1	Monitoramento da aprendizagem as turmas de EJA nas Unidades Prisionais	Alunos	Realizar monitoramento nas turmas de EJA nas Escolas em Prisões	R\$	50.000,00

<sup>11</sup> Em função da elaboração do presente plano, o PPA para os anos de 2013 à 2015 será redimensionado tendo em vista a necessidade de ampliação das ações e metas a serem alcançadas. Enfatiza-se que o processo de elaboração do referido encontra-se em tramitação e será enviado após sua conclusão, tendo previsão para primeira quinzena de novembro do corrente ano.

1	Fortalecer os acervos bibliográficos das unidades prisionais.	Alunos da EJA	Fazer aquisição de materiais literários com a finalidade de fortalecer o acervo bibliográfico das bibliotecas em unidades prisionais.	<b>R\$ 35.000,00</b>
1	Aquisição de 250 Kits de material didático pedagógico para os alunos da EJA do Sistema Prisional	alunos da EJA	Aquisição de 250 Kits de material didático pedagógico para atender os alunos de EJA do Sistema Prisional (papel pardo, papel chamex A4, pincel atômico c/ 12x1, folhas de cartolinas, marca texto 12/1, cola branca 90 ml, tesouras M, fitas adesivas transparente larga, lápis, borracha, caderno de matéria, apontador, régua, caneta esferográfica, pastas de lona).).	<b>R\$ 200.000,00</b>
1	Produção, reprodução e divulgação de material (vídeos, periódicos e livros) de 1.000 exemplares de periódico paradidático, anual, a cerca da Educação de Jovens e Adultos.	Alunos de 1º, 2º e 3º Segmento da EJA.	Produção e divulgação de periódicos paradidáticos a alunos de EJA do 1º, 2º e 3º segmento nas escolas em prisões.	<b>R\$ 50.000,00</b>
				<b>R\$ 575.000,00</b>

## **6.1 O orçamento e as fontes de financiamento do estado para a oferta de educação nas prisões**

No ano de 2012 o orçamento para educação nas prisões corresponde a um montante de 570.000,00 oriundos de recurso próprio. Como fontes de financiamento no âmbito do governo federal podem ser apontadas o FUNDEB, PAR e FUNPEN.

## **6.2 As ações apoiadas com recursos do Governo Federal**

Está sendo desenvolvido estudo que viabilize o levantamento das ações que poderão ser apoiadas com recursos provenientes do Governo Federal.

## **6.3 As ações apoiadas com recursos provenientes de parcerias**

Está sendo desenvolvido estudo que viabilize o levantamento das ações que poderão ser apoiadas com recursos provenientes dos pretensos parceiros, sendo eles, Instituto Federal do Tocantins, Universidade Federal do Tocantins, Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos.

## **6.4 O planejamento para garantir a participação do órgão responsável pela administração penitenciária na definição das ações a serem apoiadas no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR)**

<b>META</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>PERÍODO DE ALCANCE DA META</b>
Garantir a participação do órgão responsável pela administração penitenciária na definição das ações a serem apoiadas no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR);	<ul style="list-style-type: none"><li>• Promover a participação das Comissões Estaduais e dos Gestores responsáveis pela Administração Penitenciária no controle social da utilização dos recursos do FUNDEB;</li><li>• Estabelecer diálogo entre a Secretaria de Educação e a Secretaria Responsável pela Administração Penitenciária para compartilhamento de informações referentes aos recursos e ações do PAR;</li><li>• Criar Comitê Gestor com representação das duas Secretarias para acompanhar a execução dos recursos do</li></ul>	SEDUC e SEJUDH.	2013/01

	PAR Prisional no estado.		
--	--------------------------	--	--

## 6.5 Estratégias de divulgação das fontes de financiamento disponíveis

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO DE ALCANCE DA META
Divulgação das fontes de financiamento disponíveis.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar diagnóstico de ações e competências de cada órgão responsável pela infraestrutura física, didática e pedagógica nos estabelecimentos penais;</li> <li>Mapear os fundos e fontes de financiamento específico para o sistema prisional;</li> <li>Mapear outras fontes de recurso que podem ser utilizadas para viabilizar as ações educacionais nos estabelecimentos penais;</li> <li>Divulgar as informações acerca dos fundos e fontes de financiamento nos seminários e formações continuadas.</li> </ul>	SEDUC e SEJUDH.	2013/01

## 6.6 Processos formativos das equipes envolvidas para acessar as fontes de financiamento disponíveis

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO DE ALCANCE DA META
Assegurar processos formativos das equipes envolvidas para acessar as fontes de financiamento disponíveis.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar processos formativos em elaboração de projetos e captação de recursos em todas as modalidades de financiamento.</li> </ul>	SEDUC e SEJUDH.	2013/01

## 6.7 Estratégias de acompanhamento da utilização dos recursos disponíveis

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO DE ALCANCE DA META
Assegurar estratégias de acompanhamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecer diálogo entre a Secretaria de Educação e a</li> </ul>	SEDUC e SEJUDH.	2013/01

da utilização dos recursos disponíveis	Secretaria Responsável pela Administração Penitenciária para compartilhamento de informações referentes aos recursos e ações do PAR;		
--	--	--	--

## 6.8 Estratégias para garantir a inclusão das matrículas no Censo Escolar

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO DE ALCANCE DA META
Assegurar inclusão das matrículas no censo escolar.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organizar extensões das escolas para atendimento de alunos do sistema prisional com o objetivo de a constituição de um Plano Político-Pedagógico e o acompanhamento do processo pedagógico.</li> </ul>	SEDUC	2013/01

## 6.9 Estratégias para aquisição e distribuição da merenda escolar

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO DE ALCANCE DA META
Aquisição de distribuição da merenda escolar.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organizar censo escolar dos presos e presas;</li> <li>• Elaborar Termos de Cooperação Técnica assegurando atribuições e competências para distribuição da merenda escolar;</li> <li>• Adquirir merenda escolar através de recursos provenientes do MEC.</li> </ul>	SEDUC e SEJUDH	2013/01

## 6.10 Principais dificuldades e estratégias adotadas

Insuficiência de informação a respeito da utilização dos recursos.	Tornar conhecido o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional –
--	---

	<p>PEESP, que possui como finalidade ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais.</p> <p>De acordo com o PEESP, os recursos financiados pela União contemplarão: construção, ampliação, reforma, aparelhamento dos espaços destinados à educação nos estabelecimentos penais, distribuição de material didático e acervos literários, formação e capacitação de educadores; Incluir as escolas com matrículas de educação nas prisões no Programa Dinheiro Direito na Escola (PDDE).</p>
Aumentar o controle social a respeito da utilização dos recursos.	Criar rede de cooperação para monitoramento da utilização dos recursos.
Insuficiência de informação a respeito dos recursos federais disponíveis e a dificuldade de executá-los.	Compartilhar as informações com os gestores responsáveis pela Administração Penitenciária; Planejar conjuntamente as ações que serão inseridas no PAR.

## 7 ORGANIZAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO FORMAL

### 7.1 A situação administrativa da escola. (Escolas credenciadas com matrículas exclusivamente com alunos privados de liberdades nos estabelecimentos penais ou salas anexas/extensão)

A situação administrativa das escolas funciona conforme normas e procedimentos de funcionamento estipulado pela Secretaria de Educação. As responsabilidades pela execução da educação no sistema prisional encontra-se organizada conforme item que demonstra atribuições e competências no presente plano.

### 7.2 O planejamento da oferta de turmas de alfabetização de jovens e adultos no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) ou em parceria com outras iniciativas

Está sendo desenvolvido planejamento para viabilizar a universalização do acesso à alfabetização de jovens e adultos no âmbito do Programa Brasil

Alfabetizado, conforme previsão de ampliação da matrícula de educação formal na Meta I do presente plano, assegurando a educação do preso como direito e não como um benefício.

### 7.3 Estratégias para divulgar os processos de matrícula e inscrição nos exames de certificação

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO DE ALCANCE DA META
Divulgar os processos de matrícula e inscrição nos exames de certificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar seminários de sensibilização acerca da importância do estudo como colaborador para a formação integral do ser humano;</li> <li>• Elaborar e divulgar semestralmente em cada estabelecimento penal as ações que serão desenvolvidas pelas instituições que desenvolverão atividades educacionais.</li> </ul>	SEDUC, SEJUDH e Órgãos de Execução Penal.	2013/01

### 7.4 As estratégias de continuidade dos estudos para os egressos das turmas de alfabetização

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO DE ALCANCE DA META
Continuidade de estudos para os egressos da alfabetização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As ações para alcance desta meta se darão com as ações da meta proposta no item anterior.</li> </ul>	SEDUC, SEJUDH e órgãos de Execução Penal	2013/02

### 7.5 O planejamento da oferta do Ensino Fundamental, Médio e a educação profissional

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO DE ALCANCE DA META
Oferta do Ensino Fundamental, Médio e Educação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar estudos que viabilizem a proposta de educação à distância no</li> </ul>	SEDUC, SEJUDH e IFTO, Secretaria de Ciência e Tecnologia.	2013/01

Profissional	âmbito da educação básica e educação profissional; • Assegurar a oferta da educação tendo previsão do caráter semipresencial, à distância e presencial; • Elaborar propostas pedagógicas que assegurem as especificidades da educação no sistema prisional		
--------------	--	--	--

## 7.6 Quando houver, as estratégias para a oferta de educação na modalidade a distância

A educação a distância encontra-se contemplado no item anterior. Informamos que está sendo desenvolvido estudo para viabilizar a infraestrutura física, pedagógica, didática e financeira para formulação de um programa estadual de ensino no sistema prisional do Estado do Tocantins.

## 7.7 Estratégias para garantir a educação formal nos estabelecimentos femininos

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO DE ALCANCE DA META
Assegurar educação formal nos estabelecimentos femininos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar diagnóstico e garantir infraestrutura necessária para oferta de educação infantil aos filhos e filhas das presas;</li> <li>• Realizar diagnóstico e assegurar a constituição de brinquedoteca nos estabelecimentos femininos;</li> <li>• Garantir qualidade de ensino nos estabelecimentos penais femininos;</li> <li>• Realizar estudo e garantir situações pedagógicas que valorizem a igualdade de gênero.</li> </ul>	SEDUC e SEJUDH.	2013/02



### 7.8 existência de proposta de atendimento diferenciado em função do regime de privação de liberdade

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO DE ALCANCE DA META
Assegurar atendimento diferenciado em função do regime de privação de liberdade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaborar diretrizes para assegurar acompanhamento diferenciado;</li> <li>• Divulgar as diretrizes.</li> </ul>	SEDUC, SEJUDH e órgãos de Execução Penal	2013/02

### 7.9 Estratégias de continuidade dos estudos para os egressos

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO DE ALCANCE DA META
Continuidade de estudos para os egressos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar seminários de sensibilização acerca da importância do estudo como colaborador para a formação integral do ser humano;</li> <li>• Elaborar diretrizes estipulando competências que assegurem o acompanhamento e reingresso do educando a vida escolar.</li> </ul>	SEDUC, SEJUDH e órgãos de Execução Penal	2013/02

### 7.10 Atuação de privados de liberdade como monitor atuando no apoio da oferta de educação

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO DE ALCANCE DA META
Garantir atuação de privados de liberdade como monitor atuando no apoio da oferta de Educação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar formação pedagógica inicial e continuada aos privados de liberdade;</li> <li>• Assegurar a remição da pena pelo trabalho desenvolvido como monitor.</li> </ul>	SEDUC, SEJUDH e órgãos de Execução Penal	2013/02

### 7.11 Estratégias para a universalização da alfabetização

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO DE ALCANCE DA META
Garantir universalização da alfabetização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar a implementação do Programa Brasil Alfabetizado nos estabelecimentos penais;</li> <li>• Assegurar as orientações e diretrizes do Programa Brasil Alfabetizado;</li> <li>• Assegurar infraestrutura física, didática e pedagógica nos estabelecimentos penais;</li> <li>• Complementar o valor da bolsa do alfabetizador do Programa Brasil Alfabetizado;</li> <li>• Estabelecer fluxo contínuo de triagem para identificação dos presos não alfabetizados;</li> <li>• Realizar diagnóstico, seleção e ofertar formação para os presos e presas com perfil adequado para atuarem como monitores para as turmas de alfabetização.</li> </ul>	SEDUC e SEJUDH.	2013/01

### 7.12 Principais dificuldades encontradas e as estratégias adotadas para resolvê-las

DIFICULDADES	ESTRATÉGIAS ADOTADAS
Resistência dos próprios presos em serem alfabetizados, dentro das unidades prisionais, devido à pouca auto-estima.	Ofertar serviço de atendimento psicossocial aos detentos.
Falta de capacitação pedagógica dos profissionais que atuam nas Unidades Prisionais.	Capacitar os profissionais na modalidade EJA com enfoque nas especificidades da educação nas prisões.
Alta rotatividade dos alfabetizados no sistema prisional.	Criar política de acesso e continuidade dos estudos.

Baixo valor da bolsa do alfabetizador e coordenador de turma do Programa Brasil Alfabetizado.	Complementar o valor da bolsa em consideração das especificidades do sistema prisional.
Dificuldade para encontrar bolsistas interessados em atuar no sistema prisional	Em estudo
Atraso no pagamento de bolsas do programa	Rediscutir com o MEC o prazo para pagamento da bolsa
Problemas de saúde dos presos (visão, audição, locomoção);	Criar programa específico de atendimento a saúde para os presos e presas em fase de alfabetização.
Não preenchimento dos dados no INFOPEN para informar com maior precisão o número de pessoas não alfabetizadas em cada Unidade Prisional.	Criar banco de dados próprio para monitoramento e acompanhamento.
Falta de estrutura física para a alfabetização nos estabelecimentos penais.	Em estudo para viabilizar estrutura física
Regras do sistema prisional local que impedem/dificultam a admissão do voluntário para atuar como alfabetizador	Criar diretrizes em parceria com o juizado de execução penal para viabilizar que presos com ensino médio possam ser capacitados para atuarem no Programa Brasil Alfabetizado.

### **7.13 Metas de matrículas por estabelecimento penal para 2012, 2013 e 2014. (Alfabetização, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Superior)**

A proposta de ampliação de matrícula em todos os níveis de ensino encontram-se ao final deste plano estipulados na Meta I.

## **8 ORGANIZAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

### **a) As ações de Educação Não Formal e de qualificação profissional por estabelecimento penal e os responsáveis pela oferta;**

Não há programas ou ofertas pontuais de Educação Não Formal nas Unidades Prisionais. Qualificação profissional é ofertada por meio de parcerias pontuais com o Sistema S. Não há programas ou uma política de qualificação contínua.

Vale destacar que no ano de 2011 foram criados e realizados alguns cursos em parcerias com instituições tais como o Sistema “S” (SESC, SENAI, SENAR, SENAC).

O curso profissionalizante de Pedreiro em alvenaria que aconteceu na unidade de Regime Semi-Aberto URSA- Palmas com carga horária de 200 horas, em setembro de 2011, os que participaram do curso aprenderam a ler e interpretar projetos, locação de alvenarias, execução de construção de alvenarias, utilização de instrumentos e ferramentas adequadas durante a construção, como consultar as normas e catálogos técnicos, leitura de plantas obedecendo aos padrões de segurança, qualidade e meio ambiente.

Também foi ministrado o curso de Eletricista na Unidade de Regime Semi-Aberto URSA- Palmas nos meses de Junho, curso esse que ensinou teorias sobre instalações elétricas prediais e residenciais, dimensionamento de circuitos elétricos, instalações elétricas, diagnosticar falhas e defeitos, efetuar manutenção corretiva.

Curso de Piscicultura que ocorreu no Centro de Ressocialização Social Luz do Amanhã – CARIRI no mês de novembro com 40 horas, os participantes foram qualificados quanto à legislação criação e comercialização de peixes

Para o segundo semestre está previsto o curso de bovinocultura na Unidade Penal Agrícola de Cariri. Estão em andamento também parceria com a M&V construção e incorporação empresa privada do ramo da construção civil e Prefeitura Municipal de Palmas. Está em andamento o processo para o curso de treinamento profissionalizante em manutenção de motocicletas, está em discussão em parceria com a SEDUC a possibilidade de implantação de um curso de qualificação profissional de serralheiro com objetivo de capacitar reeducandos onde desenvolverão a atividade dentro da Unidade reformando cadeiras escolares.

Em decorrência da elaboração do presente plano será previsto diretrizes estaduais para oferta contínua de formação profissional no sistema prisional.

## **b) As estratégias para a ampliação**

Busca de parcerias para oferta de cursos de qualificação dentro das unidades, porém esbarram na questão da estrutura física.

**c) O planejamento anual das atividades de educação não formal e de qualificação profissional. Com definições de parceiros, público preferencial, espaços disponíveis, etc**

Não há espaço propício para o desenvolvimento da Educação não-formal, porém, está sendo realizado estudos que viabilizem a oferta da referida.

**d) As estratégias para garantir a oferta de educação não formal nos estabelecimentos femininos**

Para garantir oferta de educação não formal há que se ter espaços adequados e profissionais qualificados para desenvolvimento de atividades contínuas dentro das unidades. Supõe-se que essas dificuldades serão sanadas a partir da realização do concurso, ampliação e/ou construção das unidades. Atualmente, as únicas atividades que são desenvolvidas nas unidades e que podem ser consideradas como atividades que favorecem a aprendizagem fora do esquema formal da educação, são, à prática de artesanato e de leitura que os internos desenvolvem conforme lhes são disponibilizados materiais e livros.

**e) Metas de oferta de educação não-formal por estabelecimento para os anos de 2012, 2013 e 2014**

Conforme proposta ao final do presente plano na Meta II.

**f) metas de oferta de qualificação profissional por estabelecimento para os anos de 2012, 2013, 2014**

Conforme proposta ao final do presente plano na Meta III.

## **9 FORMAÇÃO INICIAL E FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS**

### **9.1 O perfil educacional dos profissionais da educação que atuam no sistema penitenciário e dos profissionais da execução penal**

Não temos profissionais da execução penal com formação exclusiva para a educação prisional. A Secretaria de Justiça e Direitos Humanos não possui quadro próprio e os profissionais cedidos pela Secretaria de Segurança Pública adquiriram formação na Academia de Polícia, que por sua vez, oferta

formação de Agente Policial, não sendo uma formação voltada para ressocialização.

Os profissionais da educação possuem em sua maioria licenciatura em pedagogia ou normal superior, porém, não possuem formação específica para atuarem com a proposta da pedagogia carcerária.

## **9.2 Se o estado possui espaços próprios para a formação destes profissionais**

A Secretaria da Justiça e Direitos Humanos possui a Escola Penitenciária, que é responsável pela formação inicial e continuada dos servidores que forem concursados para atuarem no Sistema Penitenciário.

## **9.3 As ações de formação realizadas nos últimos 02 (dois) anos com detalhes sobre as instituições responsáveis pela realização dos cursos, a duração e a carga horária**

Foi realizado em parceria com Depen pela Plataforma EAD - cursos de Capacitação: Ética na Função Pública e Introdução a Sociologia da Criminalidade (ano 2011). Em parceria com a Polícia Militar Comunitária foi realizado curso de Direitos Humanos e Segurança Pública (ano 2011).

## **9.4 Se as orientações do Conselho Nacional de Educação para contemplar a implementação da lei 10.639 no ambiente prisional e de ações de combate ao racismo, à homofobia/lesbofobia e à intolerância religiosa estão sendo observadas**

Devido não haver proposta pedagógica específica para educação nas prisões, as orientações mencionadas no enunciado não estão sendo cumpridas. Conforme foi mencionado no presente plano em outro momento será priorizado nas propostas pedagógicas as orientações do Conselho Nacional de Educação para contemplar a implementação da lei 10.639 no ambiente prisional e de ações de combate ao racismo, à homofobia/lesbofobia e à intolerância religiosa.

## **9.5 A existência de plano de formação para os profissionais da educação que atuam no sistema penitenciário e para os profissionais da execução**

**penal. Caso não exista, indicar as ações que serão realizadas para sua criação e implementação**

A SEJUDH não possui quadro específico para o sistema penitenciário. A Escola Penitenciária possui plano de formação inicial e continuada, porém não há como aplicá-los. Os funcionários da empresa que assumiram os serviços fazem cursos que são ofertados pela mesma.

A SEDUC irá estipular plano de ação para formação inicial e continuada conforme quadro abaixo.

**9.6 Se existe articulação da formação dos profissionais da educação que atuam no sistema penitenciário com as ações do Fórum Estadual de Formação da Educação Básica. Caso ainda não exista, indicar as ações que serão realizadas para que esta articulação ocorra**

Ocorrerá articulação conforme quadro abaixo.

**9.7 A existência de formação inicial dos agentes penitenciários (matriz curricular, carga horária e a instituição responsável)**

Não há formação inicial porque não há agentes prisionais no quadro de servidores, mas a Escola Penitenciária possui matriz curricular e projeto de formação segundo preceitua a Matriz Curricular do Departamento Penitenciário Nacional – MJ.

**9.8 Meta de formação dos profissionais para os anos de 2012, 2013 e 2014**

Conforme re-planejamento do PPA para realização do concurso para a SEJUDH, serão alocados recursos e estabelecido às metas para formação dos servidores que forem concursados.

A SEDUC irá realizar planejamento conforme quadro abaixo para viabilizar o alcance das ações postas no quadro abaixo, bem como, da Meta Vi que prevê melhoria na qualidade da oferta da educação.

<b>META</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>PERÍODO DE ALCANCE DA META</b>
Assegurar formação inicial e continuada dos profissionais que atuam no sistema prisional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituir equipe de formadores por meio de uma política de formação estadual para educação nas prisões;</li> <li>• Garantir a participação dos profissionais que atuam no sistema prisional nos cursos de formação disponibilizado pelo MEC e MJ;</li> <li>• Realizar formação inicial e continuada multidisciplinar e transversal entre os atores envolvidos na educação prisional;</li> <li>• Assegurar acompanhamento dos processos formativos previstos no PAR e PDE;</li> </ul>	SEDUC, SEJUDH, Ministério Público, Defensoria Pública, Juiz de Execução Penal.	31 de março de 2013.

## **10 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ATENDIMENTO À DIVERSIDADE**

### **10.1 A organização curricular que norteia a oferta de educação nas prisões no Estado**

Nas propostas curriculares e no Projeto Político Pedagógico a escola define o tipo de sociedade e ser humano que quer construir e expressa o papel social assumido pela educação. A partir daí seleciona os conteúdos que vão contribuir para as pessoas entender sua história, a compreender o mundo que estão inseridos e darão sentido à sua existência, seu estar no mundo.

O aparelho penitenciário recebe a missão de “reeducar” para o convívio social, incluindo a formação para o mundo do trabalho em vista da construção da autonomia do sujeito e do desenvolvimento de suas capacidades profissionais, intelectuais, físicas, culturais e sociais, promovendo assim sua autoestima e o pleno desenvolvimento humano.

Será elaborado um currículo próprio, que considere o tempo e o espaço dos sujeitos inseridos nesse contexto e que enfrente a complexidade da realidade singular de cada estabelecimento prisional e os desafios para a



reintegração social. Para isso deverá atender a questão da rotatividade e a necessidade de possibilitar o ingresso de alunos a qualquer tempo - sem restrição a períodos de matrícula.

A proposta curricular será estruturada a partir de eixos temáticos significativos, definidos coletivamente entre educadores e educandos, levando-se em consideração a realidade sociocultural, científica e tecnológica do conjunto e de cada reeducando, com sua subjetividade, cosmovisão e perspectiva de vida.

As temáticas e subtemas serão integradas aos conteúdos das tradicionais áreas do conhecimento do Ensino Fundamental e Médio, por meio de abordagem transdisciplinar, contribuindo para a leitura e releitura crítica da realidade e para construir uma nova racionalidade e subjetividade para a vida cotidiana.

## **10.2 Os processos pedagógicos para a orientação do trabalho dos professores**

É indispensável a formação dos educadores, agentes penitenciários e de todos os profissionais envolvidos com o sistema prisional para o reconhecimento e promoção dos direitos dos reeducados e o comprometimento destes profissionais com a real integração social e com a humanização.

Os professores serão auxiliados na preparação de suas atividades didáticas/pedagógicas por uma equipe multidisciplinar: pedagogos, orientador educacional, psicólogo, assistente social e outros que forem demandados pelo processo educacional. Acontecerá semanalmente a reunião desta equipe com os professores e a administração do estabelecimento prisional para planejar e avaliar as atividades.

## **10.3 A existência de Projeto Político Pedagógico das Escolas que atendem pessoas privadas de liberdade. Caso isto não exista, indicar se há intenção de fazê-lo e como isto será feito**

Não há um Projeto Político Pedagógico das Escolas que atendem pessoas privadas de liberdade, exceto a Escola Nova Geração, em Palmas. A intenção é de constituir um grupo de trabalho entre órgãos governamentais e de organizações da sociedade civil para construir o Projeto Político Pedagógico Estadual a partir de um amplo diagnóstico da realidade da população prisional

e do estudo dos atuais desafios e demandas educacionais. Este Projeto Político Pedagógico servirá de condutor para a construção dos Projetos de cada Escola de acordo com sua realidade singular.

O Projeto Político Pedagógico terá uma estrutura dinâmica para possibilitar a ação de múltiplos atores que convergirão de forma sinérgica aos objetivos políticos e pedagógicos propostos no projeto. Definirá os procedimentos disciplinares e a rotina prisional e a organização do tempo, espaço e currículo do processo de construção do conhecimento, fundamentos na promoção e garantia dos direitos positivados na legislação brasileira no âmbito educacional e da execução penal. Também definirá as estratégias para garantir a continuidade de estudos para os egressos e a participação efetiva dos familiares dos presos e a comunidade em geral do processo educacional.

A construção do Projeto Político Pedagógico de cada Escola deverá propor estratégias de diagnosticar a vida escolar dos apenados logo no seu ingresso ao sistema para poder atender de forma diferenciada a singularidade de cada um.

#### **10.4 Estratégias para o atendimento dos segmentos específicos**

O Brasil possui diretrizes, pareceres e legislação avançada para fundamentar a ação educativa que contemple os segmentos específicos numa educação não sexista, homofóbica, racista, preconceituosa e não discriminatória.

As estratégias para o atendimento destes segmentos será a capacitação dos servidores da educação e dos operadores da execução penal e a especificação ampla deste atendimento no Projeto Político Pedagógico da Escola.

## 10.5 Estratégias de acessibilidade para o atendimento das pessoas com deficiência

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO DE ALCANCE DA META
Garantir acessibilidade para o atendimento das pessoas com deficiência	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar diretrizes, propostas didáticas, pedagógicas e de infraestrutura necessárias para garantir a acessibilidade a educação nos estabelecimentos penais</li> </ul>	SEDUC e SEJUDH.	2013/02

## 10.6 as principais dificuldades para o atendimento dos segmentos e as estratégias adotadas

PRINCIPAIS DIFICULDADES	ESTRATÉGIAS ADOTADAS
Garantir o acesso da educação para todos, respeitando as especificidades de gênero, raça, etnia, procedência nacional, orientação sexual, identidade de gênero, deficiências, e gerações.	Elaborar nos planos políticos pedagógicos e currículos a valorização das diversidades e o estabelecimento de uma educação não racista, machista, homofóbica, xenofóbica e classista.
Garantir o atendimento especializado às pessoas com deficiências, tanto para acessibilidade quanto para a consideração das diferentes necessidades, sejam elas físicas e/ou mentais.	Articular os diversos atores envolvidos com a educação em prisões (sociedade civil organizada, familiares, presos, agentes penitenciários e de educação) quando da construção dos planos estratégicos estaduais.
Valorizar a diversidade étnico-racial, atendendo ao que estabelece as leis 10.639 e 11.465, promovendo a inclusão e a não discriminação.	Fortalecer as coordenadorias/superintendências estaduais e municipais de diversidade e inclusão existentes, e promover sua criação onde não existe, para o fortalecimento e concretização das ações voltadas a esses temas nas prisões.
Promover ações que garantam o direito à sexualidade saudável e segura.	Construir ações específicas para o combate à discriminação e violência contra LGBT's dentro das prisões, bem como promover sua inserção nas modalidades de educação ofertadas.

## **11 CERTIFICAÇÃO**

### **11.1 O planejamento para a oferta do Exame Nacional de Certificação de Competência de Jovens e Adultos (Encceja) com definição de cronograma**

O planejamento para oferta do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) está sendo realizado pela Coordenação de Jovens e Adultos da Diretoria da Diversidade.

### **11.2 O planejamento para a oferta do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) com definição de cronograma**

O planejamento para oferta do Exame Nacional do Ensino Médio está sendo realizado pela Coordenação de Jovens e Adultos da Diretoria da Diversidade.

### **11.3 O planejamento para a realização dos exames estaduais, com definição de cronograma**

O planejamento para oferta de Exames Estaduais está sendo realizado pela Coordenação de Jovens e Adultos da Diretoria da Diversidade.

### **11.4 o planejamento para a oferta do Programa Certific da Rede Federal de Educação Tecnológica**

O planejamento para oferta do Programa da Rede Federal de Educação Tecnológica está sendo realizado pela Coordenação de Jovens e Adultos da Diretoria da Diversidade.

### **11.5 as estratégias de divulgação das inscrições para os exames de certificação**

<b>META</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>PERÍODO DE ALCANCE DA META</b>
Divulgação das inscrições para os exames de certificação	<ul style="list-style-type: none"><li>Realizar seminários de sensibilização acerca da importância dos exames de</li></ul>	SEDUC e SEJUDH.	2013/01

	certificação; • Elaborar planejamento que estipule calendário escolar para aplicação dos exames.		
--	---	--	--

### 11.6 Os processos formativos para a atuação dos agentes no dia de aplicação dos exames

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO DE ALCANCE DA META
Assegurar formação para atuação dos agentes na aplicação dos exames.	• Planejar formação continuada acerca das diretrizes e parâmetros dos exames de certificação	SEDUC e SEJUDH.	2013/01

### 11.7 A existência de análise dos resultados

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO DE ALCANCE DA META
Assegurar a análise de resultados	• Elaborar indicadores de resultado e banco de dados com vistas a assegurar processo de avaliação continuada	SEDUC e SEJUDH.	2013/01

### 11.8 Se é considerado para o cálculo da remição

Atualmente não há cálculo para remição, porém está sendo realizado estudo para viabilizar a proposta.

### 11.9 Se existe condições adequadas para a aplicação dos exames

Está sendo realizado planejamento para viabilizar as condições necessárias para aplicação dos exames.

### 11.10 Meta de inscrição de presos e presas nos exames de Certificação nos anos de 2012, 2013 e 2014

Está sendo realizado planejamento para viabilizar as condições necessárias para inscrições dos presos e presas nos exames de certificação.

## 12 INFRAESTRUTURA

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO DE ALCANCE DA META
Assegurar a infraestrutura adequada para	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar diagnóstico para levantamento de equipamentos e mobiliário nas salas de aula indicando a situação por estabelecimento penal e a necessidade real;</li> <li>• Realizar diagnóstico para levantamento dos espaços disponíveis e necessários para os professores, a coordenação e direção da escola;</li> <li>• Diagnóstico quantitativo dos laboratórios de informática e equipamentos necessários para estruturar os laboratórios de informática;</li> <li>• Realizar diagnóstico para levantamento das Bibliotecas e das Salas de Leitura existentes e as necessidades reais;</li> <li>• Realizar planejamento estratégico para aquisição e renovação do acervo das bibliotecas e salas de aula, bem como, criar procedimentos e regras para o acesso e o empréstimo;</li> <li>• Realizar planejamento para aquisição de livros do Programa</li> </ul>	SEDUC e SEJUDH.	2013/02

	<p>Nacional de Bibliotecas nas Escolas (PNBE);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar planejamento para aquisição, conservação, fomento da leitura e trabalho de dos presos e presas nas bibliotecas inseridas nos estabelecimentos penais;</li> <li>• Realizar planejamento para assegurar a criação de 47 novas bibliotecas entre os anos de 2012 e 2014.</li> </ul>		
--	---	--	--

### **13 MATERIAL DIDÁTICO E LITERÁRIO**

#### **a) As estratégias para distribuição dos livros didáticos no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático da Educação de Jovens e Adultos (PNLDEJA)**

Será utilizado como parâmetro a Lei de Execução Penal, assegurando a existência de uma biblioteca em cada estabelecimento penal, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos para uso de todas as categorias de reclusos.

O Estado do Tocantins objetiva, implementar e garantir política de incentivo ao livro e à leitura nos estabelecimentos penais, com implantação de bibliotecas e com programas que atendam não somente aos estudantes matriculados, mas a todos os integrantes da comunidade prisional, considerando-se imperativo criar condições favoráveis de letramento, tais como a elaboração de materiais específicos para educação de jovens e adultos, bem como de acesso ao livro para aqueles que não o tiveram anteriormente ou que sofreram descontinuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio, denominados neoleitores.

#### **b) Estratégias de acompanhamento da distribuição e utilização dos livros didáticos nas salas de aula**

Está em estudo proposta de normas de procedimentos e rotinas para utilização dos livros didáticos para os presos e presas de todos os estabelecimentos penais.

**c) Se existe distribuição de material pedagógico para os alunos**

Há distribuição de material pedagógico para os alunos inseridos nos estabelecimentos penais onde está ocorrendo aulas, conforme explicação do quadro 18. Após conclusão do planejamento estratégico será desenvolvido política de incentivo a leitura, com o intuito de garantir condições favoráveis para distribuição de material pedagógico e distribuição de livros.

**d) As regras pra a utilização destes materiais na sala de aula, biblioteca e celas**

Está em estudo proposta de normas de procedimentos e rotinas para utilização dos livros didáticos para os presos e presas de todos os estabelecimentos penais.

**e) Meta de aquisição de material pedagógico para os anos de 2012, 2013 e 2014**

Está ocorrendo planejamento para que até o ano de 2014 seja ampliado em 100% a inserção de espaços de leitura, infraestrutura física e aquisição de material pedagógico para todos os estabelecimentos penais.

**f) A existência de material didático produzido no próprio Estado**

Atualmente não há produção de material didático específico para a educação no sistema prisional. Porém, enfatiza-se que foi atribuído como meta no presente plano a constituição de material didático específico pela Diretoria da Diversidade que atualmente está trabalhando com a constituição de guias e cadernos temáticos específicos para o sistema prisional.

<b>META</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>PERÍODO DE ALCANCE DA META</b>
Assegurar condições favoráveis de leitura.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Fomentar a produção local de material didático específico para a Modalidade EJA contemplando as especificidades da educação nas prisões;</li><li>• Elaborar materiais orientadores quanto à utilização dos materiais didáticos do PNLDEJA para serem</li></ul>	SEDUC e SEJUDH,	31 de março de 2013.



	<p>trabalhadas nas escolas do sistema prisional;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover parcerias locais para constituição de acervos bibliográficos, bem como, para a formação de mediadores de leitura para atuarem com os internos dos estabelecimentos penais e seus familiares, agentes penitenciários e outros profissionais que atuam neste espaço;</li> <li>• Qualificar e diversificar o acervo literário das bibliotecas dos estabelecimentos penais incluindo materiais complementares, periódicos, legislações, artigos de jornais, clássicos de literatura, material de leitura produzidos pelos internos e livros infantis para atender os filhos dos presos nos dias de visita;</li> <li>• Implementar projetos que vinculem trabalho, lazer e leitura tais como produção de mobiliários para as bibliotecas, restauração de livros, produção de livros artesanais, com o relato das histórias de vida dos sujeitos;</li> <li>• Promover concursos literários que envolvam também os seus familiares, a comunidade carcerária, com previsão de premiação e participação de escritores reconhecidos;</li> <li>• Promover a distribuição de livros literários nos estabelecimentos penais a partir da identificação dos gêneros literários de interesse do público e formas de incentivo à leitura, presenteando os alunos com obras de seu desejo;</li> <li>• Constituir espaços de leitura agradáveis nos ambientes prisionais estimulando o acesso ao livro e o gosto pela leitura com a organização de Rodas de Leitura;</li> <li>• Promover a qualificação de profissionais para atuarem nas bibliotecas como organizadores do espaço e do acervo e desenvolver sistema informatizado para catalogação das obras;</li> <li>• Efetivar parcerias com Instituições de Ensino Superior para implementação de projetos de leitura nas Unidades Prisionais;</li> <li>• Estimular a participação dos detentos e agentes penitenciários como mediadores de leitura nos ambientes prisionais;</li> <li>• Possibilitar o acesso de todo o</li> </ul>		
--	--	--	--

	<p>público da unidade prisional às bibliotecas destes estabelecimentos incluindo os presos não matriculados na escola;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivar a troca de experiências de leitura, boas práticas e o acesso ao espaço da biblioteca e outros ambientes culturais quando couber (BIENASIS, Feiras de Livros).</li> </ul>		
--	---	--	--

## 14 REMIÇÃO DA PENA PELO ESTUDO

### **a) O que é considerado atividade educacional para o cálculo da remição**

Como atividade educacional será considerada a educação básica, profissionalizante e ensino superior, no formato presencial ou por meio de metodologia a distância certificado pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados.

### **b) Estratégias de divulgação da remição da pena pelo estudo**

A SEDUC realizará chamadas públicas periódicas destinadas a matrículas dentro dos presídios e cadeias públicas, bem como, campanhas sobre o valor da educação e consequentemente divulgando informações acerca da Lei 12.433, de 29 de junho de 2011, que dispõe sobre a remição da pena pelo estudo.

### **c) Os procedimentos adotados para garantir a remição pelo estudo e como são feitos os registros e a comprovação das atividades**

A SEDUC encaminhará mensalmente ao juízo da execução cópia do registro de todos os condenados que estejam estudando, com dias e horas da frequência escolar ou de atividades de ensino de cada um deles, conforme orienta a Lei Nº 12.433 de, 29 de junho de 2011.

### **d) Articulação com o judiciário para definir os procedimentos adotados**

A SEDUC se articulará com o judiciário para definir os procedimentos adotados por meio da constituição de Termo de Cooperação Técnica que objetivará organizar informações acerca dos estudos do detento, bem como,

acompanhamento do preso no que diz respeito ao seu comportamento nos estudos.

**e) A existência de legislação estadual**

Serão realizados estudos para viabilizar remição de parte do tempo de execução da pena devido ao estudo, prevendo a contagem do tempo, a declaração da mesma pelo juízo de execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa, tendo como aparato legislativo a Lei de Execução Penal e a Lei N° 12.433 de, 29 de junho de 2011.

**f) Principais dificuldades para garantir a remição pelo estudo e as estratégias adotadas**

Como principal dificuldade pode ser elencada a inexistência do trabalho em parceria com o juizado de execução penal. Para tanto, será realizado Termo de Cooperação Técnica que viabilize um trabalho de parceria capaz de garantir a remição da pena pelo estudo. O Ministério Público, a Defensoria Pública e o Juizado de Execução Penal irão compor a Comissão Estadual de Educação nas Prisões a fim de acompanhar todas as atividades desenvolvidas e debatidas acerca da educação no sistema prisional.

<b>META</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>PERÍODO DE ALCANCE DA META</b>
Assegurar a remissão da pena pelo estudo.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Criar Termo de Cooperação Técnica para fins de acompanhamento ao educando que garanta a remissão da pena pelo estudo através de parceria entre SEDUC, SEJUDH, Ministério Público, Defensoria Pública e Juizado de Execução Penal;</li><li>• Realização de estudos para viabilizar a legitimação da Lei de Execução Penal e da Lei N° 12.433 de, 29 de junho de 2011, prevendo a remissão da</li></ul>	SEDUC, SEJUDH, Ministério Público, Defensoria Pública, Juiz de Execução Penal.	31 de março de 2013.

	pena pelo estudo, ou seja, normatizar a concessão da remição da pena pelo estudo (diretrizes para registro, controle e tramitação para órgão executor; • Divulgar a Lei de Remição da Pena (Lei nº 12.433 de 29 de junho de 2011), abrangendo além da população prisional, as equipes técnicas, as famílias e comunidade em geral através de seminários, formação continuada e palestras; • Criar banco de dados informatizado a ser alimentado pela educação para acompanhamento e registro mensal das horas de estudo.		
--	--	--	--

## 15 ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS

### a) A idade limite para a permanência das crianças com as suas mães

Com o advento da Lei nº 11.942, de 28 de maio de 2009, que deu nova redação aos arts. 14, 83 e 89 da Lei 7.210/84, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, as mães presas passaram a ter o direito de permanecer com os filhos recém-nascidos em locais com condições mínimas de assistência, para cuidar e amamentar os filhos, no mínimo, até os seis meses de vida. Além dos requisitos referidos no art. 88 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, a Lei nº 11.942, de 28 de maio de 2009, aponta que a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa. Para tanto, o Estado do Tocantins buscará cumprir com este atendimento através de parcerias entre Secretaria de Educação, Secretaria de Cidadania e Justiça, Secretaria de Seguranças Públicas, Ministério Público e Defensoria Pública,

realizando Termo de Cooperação Técnica para proporcionar atendimento psicossocial e pedagógica as mãe encarceradas e aos filhos das mesmas.

**b) Os espaços destinados a estas crianças**

Os espaços destinados às mulheres encarceradas no Estado do Tocantins ainda são adaptados, não existindo nenhuma construção específica para mulheres encarceradas.

O Estado do Tocantins buscará requisitos básicos de atendimento as mulheres presas e aos filhos das referidas, procurando ofertar atendimento por pessoal qualificado, de acordo com as diretrizes adotadas pela legislação educacional, ainda prevendo horário de funcionamento que garanta a melhor assistência à criança e à sua responsável. Para tanto, serão observadas as normas de finanças públicas aplicáveis, observado o disposto nas Leis nº 7.210, de julho de 1984 e a Lei nº 11.942, de 28 de maio de 2009.

**c) As atividades educacionais oferecidas para as crianças com idade a partir de 04 anos**

Será garantida oferta de educação as crianças conforme preconiza a Lei 9394/96 que institui as Diretrizes Nacionais da Educação, observando horário de funcionamento, condições físicas, didáticas e pedagógicas que garanta a melhor assistência à criança e à sua responsável.

**d) Os profissionais envolvidos no atendimento educacional das crianças com idade a partir dos 04 anos de idade**

Será assegurado as crianças atendimento por pessoal qualificado, de acordo com as diretrizes adotadas pela legislação educacional. O atendimento terá como pressuposto questões pedagógicas, sociais e psicológicas.

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO DE ALCANCE DA META
Assegurar atendimento as crianças	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar Termo de Cooperação Técnica que o atendimento a criança entre SEDUC, SEJUDH, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Estadual de Educação;</li> <li>• Realização de estudos orçamentários para viabilizar as Leis nº 7.210, de julho de 1984, a Lei nº 11.942, de 28 de maio de 2009, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei 9394/96, assegurando o atendimento educacional, social e psicológico a criança nos estabelecimentos de privação de liberdade.</li> </ul>	SEDUC, SEJUDH, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Estadual de Educação.	31 de dezembro de 2012.

## **16 ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

### **a) As estratégias de acompanhamento, monitoramento e avaliação realizadas pela Secretaria Estadual de Educação**

A Secretaria Estadual de Educação realizará monitoramento das ações definidas no presente plano, identificando o cumprimento das metas e tempo de alcance das mesmas. Ressalta-se que a partir deste plano ocorrerá o planejamento de projetos e políticas educacionais que visem assegurar a eficiência e eficácia do presente plano.

### **b) As estratégias de acompanhamento, monitoramento e avaliação realizadas pelo o Órgão responsável pela Administração Penitenciária no Estado**

A Secretaria de Justiça e Direitos Humanos realizará monitoramento das ações definidas no presente plano, identificando o cumprimento das metas e tempo de alcance das mesmas. Ressalta-se que a partir deste plano ocorrerá o planejamento de projetos e políticas que visem assegurar o trabalho educacional desenvolvido pela Secretaria Estadual de Educação.

### **c) A integração com o acompanhamento realizado pelos órgãos da execução penal**

Conforme mencionado anteriormente no presente plano, será realizado planejamento de cooperação técnica com os órgãos de execução penal a fim de proporcionar integração no acompanhamento e avaliação deste.

### **d) A participação do Conselho Estadual de Educação nestes processos**

O Conselho Estadual de Educação está atuando em parceria com os órgãos executores do presente plano, no intuito de acompanhar e elaborar as instruções normativas para educação nas prisões no Estado do Tocantins, assegurando a qualidade da educação ofertada.

### **e) As estratégias para dar publicidade sobre a situação da oferta de educação em prisões**

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO DE ALCANCE DA META
Divulgar a situação da oferta de educação em prisões.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgar as ações do Plano Estadual de Educação nas Prisões nas mídias televisas, impressas e digitais;</li> <li>• Divulgar a situação da oferta da educação nas prisões no Seminário Estadual de Educação nas Prisões;</li> <li>• Divulgar a situação da oferta da educação nas prisões na formação inicial e continuada dos atores envolvidos nos sistema prisional;</li> <li>• Divulgar a situação da oferta da educação nas prisões nas Diretorias Regionais de Ensino;</li> </ul>	SEDUC	2013/01

#### **f) Os indicadores são utilizados**

Em decorrência das diversas ações contidas no presente plano, está acontecendo planejamento para assegurar a constituição de indicadores de resultados que contemplem as metas estipuladas no presente plano



**g) Caso o Estado não realize o acompanhamento nem faça avaliação da oferta de educação nas prisões é recomendável que defina neste Plano as ações para que isto passe a ser realizado**

Encontra-se em fase de planejamento a definição das ações para acompanhamento da avaliação do presente plano. Ressalta-se que é previsto o alcance das metas abaixo, tendo por base a realização das macroações estipuladas.

<b>META<sup>12</sup></b>	<b>AÇÕES</b>
<b>Melhoria na qualidade da Gestão, Articulação e Mobilização</b>	O Estado do Tocantins por meio da Secretária da Educação se figurará como o responsável pelo fomento e indução de políticas públicas de Estado no domínio da Educação nas Prisões, estabelecendo as parcerias necessárias junto ao Governo Federal, Municípios, IES, Sistema “S”, e outros;
	A oferta de educação no sistema penitenciário será fruto de uma articulação entre o órgão responsável pela Administração Penitenciária e a Secretaria de Educação que atue junto ao sistema local, cabendo a ambas a responsabilidade pela gestão e pela coordenação desta oferta, sob a inspiração de Diretrizes Nacionais;
	A articulação implicará na disponibilização do material pedagógico da modalidade de EJA para as Escolas que atuam no Sistema Penitenciário, como insumo para a elaboração de projetos pedagógicos adequados ao público em questão;
	O trabalho articulado encontre as devidas oportunidades de financiamento junto às Pastas Estaduais;
	A gestão se manterá aberta a parcerias com outras áreas de governo, universidades e organizações da sociedade civil, sob a orientação de Diretrizes Nacionais;
	Os educadores do sistema pertencerão, preferencialmente, aos quadros da Secretaria de Educação, selecionados por concursos públicos e com remuneração acrescida de vantagens pecuniárias condizentes com as especificidades do cargo;
	A gestão penitenciária propiciará espaços físicos adequados às de educação, bem como de esporte e cultura, seja proporcional à população atendida em cada unidade;

<sup>12</sup> As propostas enquadradas destinam-se a fornecer estímulos e subsídios para a atuação do Estado e da Sociedade Civil Organizada e parceiros, com vistas à formulação, execução e monitoramento de políticas públicas para a Educação nas Prisões.

	Assegurar a construção de espaços adequados para a oferta práticas educativas (p. ex.: salas de aula, bibliotecas, laboratórios etc.), além de adquirir os equipamentos e materiais necessários, evitando improvisos e mudanças constantes;
	As autoridades responsáveis pela gestão transformam a Escola num espaço de fato integrado às rotinas da unidade prisional e da execução penal, com a inclusão de suas atividades no plano de segurança adotado;
	Realizar um diagnóstico da vida social e educativa dos apenados e seus familiares logo no seu ingresso ao sistema, com vistas a obter dados para a elaboração de uma proposta educacional que atenda às demandas e circunstâncias de cada um;
	O atendimento contemplará a diversidade, atentando-se para as questões de inclusão, acessibilidade, gênero, etnia, credo, idade e outras correlatas;
	Será garantido o atendimento diferenciado para presos(as) do regime fechado, semi-aberto, aberto, presos provisórios e em liberdade condicional e aqueles submetidos à medida de segurança independente de avaliação meritocrática;
	Os responsáveis pela oferta elaborarão estratégias para a garantia de continuidade de estudos para os egressos, articulando-as com entidades que atuam no apoio dos mesmos – tais como patronatos, conselhos e fundações de apoio ao egresso e organizações da sociedade civil;
	A remição pela educação será garantida como um direito, de forma paritária com a remição concedida ao trabalho e cumulativa quando envolver a realização paralela das duas atividades;
	O trabalho prisional será tomado como elemento de formação e não de exploração de mão-de-obra, garantida a sua oferta em horário e condições compatíveis com as da oferta de estudo;
	Além de compatível, o trabalho prisional (e todas as demais atividades orientadas à de reintegração social nas Prisões) se tornará efetivamente integrado à educação;
	Garantir uma certificação não-estigmatizante para as atividades cursadas pelos educandos (sejam eles cursos regulares de ensino fundamental e médio, atividades não-formais, cursos profissionalizantes, etc.), de maneira a conciliar a legislação e o interesse dos envolvidos;
	Existirá uma política de incentivo ao livro e à leitura nas unidades, com implantação de bibliotecas e com programas que atendam não somente aos alunos matriculados, mas a todos os integrantes da comunidade prisional;

	Elaborar uma cartilha incentivando os apenados à participação nos programas educacionais, bem como informações relativas à remição pelo estudo;
	Os documentos e materiais produzidos pelos Ministérios da Educação e da Justiça e/ou pela Secretaria da Educação do Estado do Tocantins e de Administração Penitenciária, que possam interessar aos educadores e educandos do Sistema, serão disponibilizados e socializados, visando ao estreitamento da relação entre os níveis de execução e de gestão da Educação nas Prisões;
	Promover encontros sobre a Educação nas Prisões envolvendo todos os atores relevantes, em especial Diretores de Unidades Prisionais e do Setor de Ensino, tendo como um dos itens de pauta a troca de experiências.

<b>META</b>	<b>AÇÕES</b>
<b>Aspectos Pedagógicos e Currículo<sup>13</sup></b>	Um regimento escolar próprio para que o atendimento nos estabelecimentos de ensino do sistema prisional venha a ser criado, no intuito de preservar a unidade filosófica, político-pedagógico estrutural e funcional das práticas de Educação nas Prisões;
	Incorporar temas de formação humana nas disciplinas em geral;
	Textos didáticos (módulos didáticos) produzidos pelos próprios professores do sistema e utilizados como fonte de incentivo ao estudo e à pesquisa.
	Flexibilizar dos currículos das diversas disciplinas, contextualizando seus conteúdos e flexibilizando suas cargas horárias em vista das condições e demandas do aluno e das recomendações da LDB 9394/96 e PCN's;
	Currículo com ênfase no processo de ensino em contraposição à tradicional ênfase apenas no conteúdo;
	Ampliar as possibilidades de educação à distância em seus diferentes níveis, resguardando-se deste atendimento, o Ensino Fundamental;
	Os familiares dos presos e a comunidade em geral sejam estimulados, sempre que possível, a acompanhar e participar de atividades educacionais que contribuam para o processo de reintegração social;
	Ampliar as possibilidades de uso de tecnologias nas salas de aula de unidades prisionais, visando ao enriquecimento da relação de ensino-aprendizagem;
	Garantir a autonomia do professor na avaliação do aluno em todo o processo de ensino aprendizagem, conforme preconiza a Lei 9394/96.

<sup>13</sup> As propostas enquadradas neste destinam-se a garantir a qualidade da oferta da Educação nas Prisões, com base nos fundamentos conceituais e legais da Educação de Jovens e Adultos, bem como os paradigmas da Educação Popular, calcada nos princípios da autonomia e da emancipação dos sujeitos do processo educativo.

	A educação de jovens e adultos no sistema penitenciário inclua a formação para o mundo do trabalho, entendido como um locus para a construção da autonomia do sujeito e de desenvolvimento de suas capacidades profissionais, intelectuais, físicas, culturais e sociais;
	Elaborar projetos pedagógicos próprios para a Educação nas Prisões, contemplando as diferentes dimensões da educação (escolarização, cultura, esporte, e formação profissional) e considerando a realidade do sistema prisional para a proposição das metodologias;
	Estimular a produção de material didático específico para a educação no sistema penitenciário, para complementar os recursos de EJA disponibilizados pela gestão estadual;
	Elaborar um currículo próprio para a Educação nas Prisões, que considere o tempo e o espaço dos sujeitos da EJA inseridos nesse contexto e que enfrente os desafios que ele propõe em termos da sua reintegração social;
	A proposta curricular será elaborada a partir de um Grupo de Trabalho que ouça os sujeitos do processo educativo nas prisões (educadores, educandos, gestores do sistema prisional, agentes penitenciários e pesquisadores de EJA e do sistema prisional);

<b>META</b>	<b>AÇÕES</b>
<b>FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA OFERTA<sup>14</sup></b>	Ao ingressar no cotidiano do sistema prisional, o professor passará por um processo de formação, promovida pela Secretaria Estadual da Educação, no qual a Educação nas Prisões seja tematizada segundo os marcos das Diretrizes Curriculares Nacionais;
	A formação continuada dos profissionais que atuam no sistema penitenciário ocorrerá de maneira integrada, envolvendo diferentes áreas, como trabalho, saúde, educação, esportes, cultura, segurança, assistência psico-social e demais áreas de interesse, de modo a contribuir para a melhor compreensão do tratamento penal e aprimoramento das diferentes funções de cada segmento;
	No âmbito de seus projetos pedagógicos, as escolas de formação de profissionais penitenciários atuarão de forma integrada e coordenada para formação continuada de todos os profissionais envolvidos e aprimoramento nas condições de oferta da educação no sistema penitenciário.
	As Instituições de Ensino Superior e os Centros de Pesquisa serão considerados parceiros potenciais no processo de formação dos profissionais do sistema, na execução de projetos de formação e na organização e disponibilização de acervos bibliográficos;
	A formação dos servidores penitenciários contemplarão na sua proposta pedagógica a dimensão educativa do trabalho desses profissionais na relação com o preso;
	Os atores estaduais estimularão a criação de espaços de debate, formação, reflexão e discussão, como fóruns

<sup>14</sup> As propostas enquadradas destinam-se a contribuir para a qualidade da formação e para as boas condições de trabalho de gestores, educadores, agentes penitenciários e operadores da execução penal. Para que se garanta uma educação de qualidade para todos no sistema penitenciário

	e redes que reflitam sobre o papel da educação nas prisões;
	Os educandos e educadores receberão apoio de profissionais técnicos (psicólogos, terapeutas, fonoaudiólogos, etc.) para o constante aprimoramento da relação de ensino e aprendizagem;
	A pessoa presa, com perfil e formação adequados, atuarão como monitor no processo educativo, recebendo formação continuada condizente com suas práticas pedagógicas, com direito à remição e remuneração;

<b>META</b>	<b>AÇÕES</b>
<b>ORGANIZAÇÃO ESCOLAR</b>	Modificações no sistema da avaliação, valorizando o processo educativo, superando a avaliação com foco apenas no conteúdo;
	Implementar práticas inovadoras entre os professores e alunos na rotina das aulas.

<b>META</b>	<b>AÇÕES</b>
<b>PROFESSORES</b>	Atitude de revisão crítica e continuada da própria prática pedagógica adotando métodos de construção participativa do conhecimento, superando a atitude de transmissão passiva do saber;
	Implementar novas propostas curriculares;
	Capacidade de autonomia para o uso de materiais didáticos disponíveis e elaboração do próprio material de ensino, considerando-os como fonte de incentivo ao estudo e a pesquisa;
	Adoção de uma nova posição teórico-prática em relação à avaliação;
	Aumento da disposição para sua autoformação continuada.

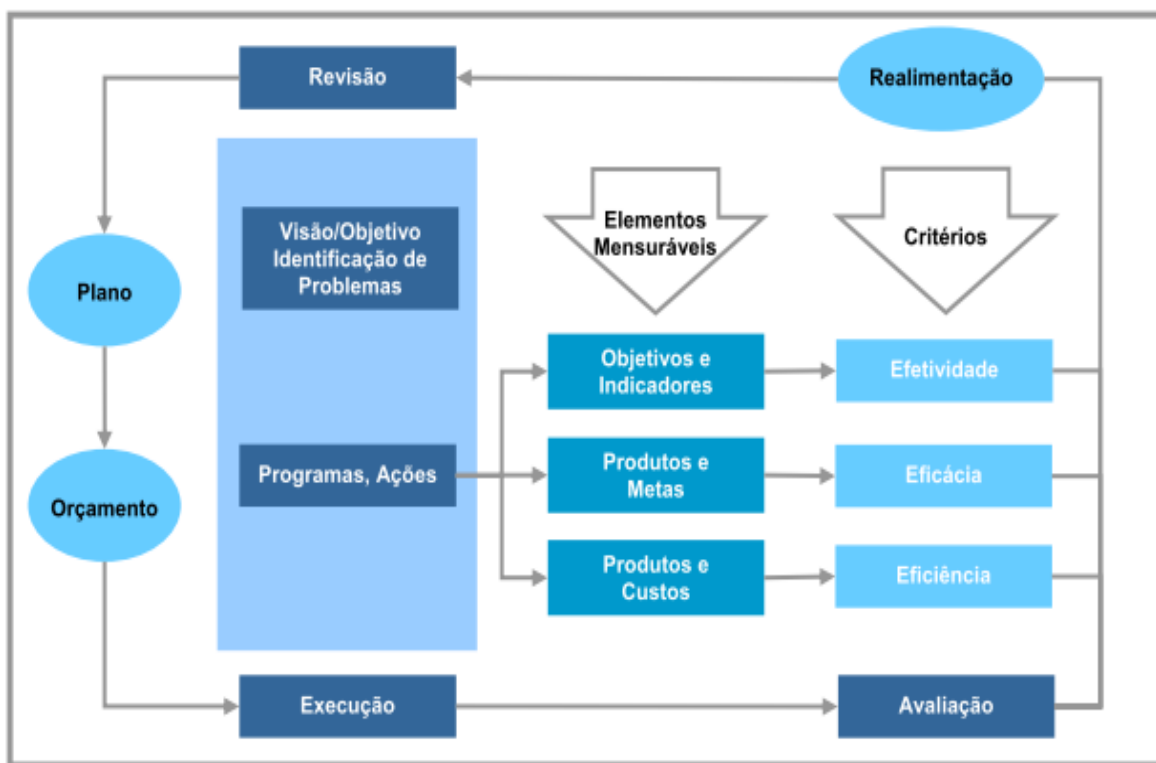
#### **h) As estratégias para acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do presente plano.**

As estratégias para acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do presente plano encontram-se em fase de planejamento. Ressalta-se que as estratégias visam contemplar as ações desenvolvidas pelos órgãos gestores deste, assim como as estipuladas pelos seus parceiros.

É entendido que um plano é a soma dos programas que procuram objetivos comuns, ordena os objetivos gerais e os desagrega em objetivos específicos, que constituirão por sua vez. O plano inclui as estratégias, isto é, os meios estruturais e administrativos, assim como as formas de negociação, coordenação e direção” (Cohen & Franco, 1993, p. 86<sup>15</sup>).

Enfim, o plano possuirá monitoramento contínuo tendo por base os preceitos teóricos da avaliação de políticas públicas, conforme quadro esquemático abaixo. O monitoramento será um processo sistemático e periódico de análise da gestão, funcionamento e desempenho, objetivará identificar e intervir nos desvios durante a execução das ações (entre o programado e o executado. Ainda será realizado de forma contínua, ou seja, durante a execução do programa e medirá a eficiência e eficácia (imprescindível definir bem os objetivos, tendo indicadores como sistema de medição).

**Diagrama: Estrutura de integração monitoramento e avaliação**<sup>16</sup>



Fonte: Adaptação do Plano de Gestão do PPA 2004-2007 (MP/União).

<sup>15</sup> COHEN, E. e FRANCO, R, Avaliação de projetos sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

<sup>16</sup> BRASIL. Ministério do Planejamento. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/>. Acesso em 10 de setembro de 2012.

## PLANO DE AÇÃO

## **META I – AMPLIAÇÃO DA MATRÍCULA DE EDUCAÇÃO FORMAL**

- 2013

1. Informar os resultados previstos:

1.1. Quantidade de presos e presas matriculados na educação básica e no ensino superior:

Ensino Fundamental	1734
Ensino Médio	564
Ensino Superior	217

1.2. Percentual de crescimento no número de matrículas na educação básica e no ensino superior:

Ensino Fundamental	95,3%
Ensino Médio	92,6%
Ensino Superior	100%

- 2014

1. Informar os resultados previstos:

1.1. Quantidade de presos e presas matriculados na educação básica e no ensino superior:

Ensino Fundamental	1734
Ensino Médio	564
Ensino Superior	217

1.2. Percentual de crescimento no número de matrículas na educação básica e no ensino superior:

Ensino Fundamental	95,3%
Ensino Médio	92,6%
Ensino Superior	100%

- 2015

1. Informar os resultados previstos:

1.1. Quantidade de presos e presas matriculados na educação básica e no ensino superior:

Ensino Fundamental	1216
Ensino Médio	1082
Ensino Superior	217



1.2. Percentual de crescimento no número de matrículas na educação básica e no ensino superior:

Ensino Fundamental	92,6%
Ensino Médio	91,6%
Ensino Superior	100%

1.3. Quantidade de estabelecimentos com oferta de educação básica: 05

1.4. Percentual de crescimento no número de estabelecimentos com oferta de educação básica: 89,5%

2. Apresentar as ações que serão desenvolvidas para alcançar os resultados Previstos

<b>AÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>ESTABELECIMENTO PENAL</b>	<b>CRONOGRAMA</b>
Construção de sala de aula	67	Todos os presídios e cadeias públicas	2014
Reforma de sala	05	Em todos os presídios e cadeias públicas que estão acontecendo aulas conforme quadro 18 de oferta de escolarização.	2013/02
Aquisição de carteiras	1290	Todos os presídios e cadeias públicas	2013/02
Abertura de novas turmas	132	Em todos os presídios e cadeias públicas que não estão acontecendo aulas conforme quadro 18 de oferta de escolarização	2013/01
Contratação de professores	Em estudo	Para todos os presídios e cadeias públicas	2013/01
Contratação de agentes penitenciários	Em estudo	Para todos os presídios e cadeias públicas	2013/02
Contratação de pedagogos	Em estudo	Para todos os presídios e cadeias públicas	2013/01
Oferta de educação a Distância	48 unidades	Para todos os presídios e cadeias públicas	2013/01

## META II – AMPLIAÇÃO DE OFERTA DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

1. Informar os resultados previstos:

1.1 Quantidade de presos e presas envolvidos em atividades de educação não formal: 90

1.2 Percentual de crescimento no número de presos e presas envolvidos em atividade de educação não formal: O Plano Estadual de Educação em Prisões do Estado do Tocantins prevê 100% de atendimento para o ano de 2013 e 2014.

1.3 Quantidade de estabelecimentos com oferta de educação não formal: 03

1.4 Percentual de crescimento no número de estabelecimentos com oferta de educação não formal: O Plano Estadual de Educação em Prisões do Estado do Tocantins prevê 100% de atendimento para o ano de 2013 e 2014

Ação	Quantidade	Estabelecimento Penal	Cronograma
Realizar diagnóstico orçamentário, de infraestrutura, vocacional e psicossocial para viabilizar a implementação da educação não-formal no sistema prisional	A previsão em estudo será de até quatro propostas de educação não formal para cada cadeia pública e presídio	Em todas as cadeias públicas e presídios	2013/01

### **META III – AMPLIAÇÃO DE OFERTA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

#### **1. Informar os resultados previstos:**

1.1 Quantidade de presos e presas matriculadas em cursos de qualificação profissional: Atualmente o sistema prisional do Estado do Tocantins está realizando estudos para viabilizar a matrícula de presos e presas em cursos de qualificação profissional.

1.2 Percentual de crescimento no número de presos e presas matriculados em cursos de qualificação profissional: Para o ano de 2013 e 2014 o Estado do Tocantins está prevendo ampliação de 100% como percentual de crescimento das matrículas de presos e presas em cursos de qualificação profissional.

1.3 Quantidade estabelecimentos com oferta de qualificação profissional: Atualmente o sistema prisional do Estado do Tocantins está realizando estudos para viabilizar a oferta de cursos de qualificação profissional no sistema prisional.

1.4 Percentual de crescimento no número de estabelecimentos com oferta de qualificação profissional: Para o ano de 2013 e 2014 o Estado do Tocantins está prevendo ampliação de 100% como percentual de crescimento da oferta de cursos de qualificação profissional no sistema prisional.

## **META IV – AMPLIAÇÃO NO NÚMERO DE INSCRITOS NOS EXAMES DE CERTIFICAÇÃO**

1 Informar os resultados previstos:

1.1 Quantidade de inscritos no ENEM: 08

1.2 Percentual de crescimento no número de inscritos no ENEM: 99,2%

1.3 Quantidade de inscritos no ENCCEJA: 0

1.4 Percentual no número de inscritos no ENCCEJA: 0

1.5 Quantidade de inscritos no Exame Estadual: 0

1.6 Percentual de crescimento no número de inscritos do Exame de Estadual:0

1.7 Quantidade de estabelecimento com oferta do ENEM: 0

1.8 Quantidade de estabelecimento com oferta de ENCCEJA: 0

1.9 Quantidade de estabelecimentos com oferta de Exames Estaduais:

- 2012

Exames de certificação	Previsão de inscritos	Percentual de crescimento
ENEM	200	100 %
ENCCEJA	654	100%

- 2013

Exames de certificação	Previsão de inscritos	Percentual de crescimento
ENEM	564	100 %
ENCCEJA	654	100%

- 2014

Exames de certificação	Previsão de inscritos	Percentual de crescimento
ENEM	1082	100 %
ENCCEJA	654	100%

## META V – AMPLIAÇÃO NO NÚMERO DE BIBLIOTECAS E DE ESPAÇOS DE LEITURA

1 Informar os resultados previstos:

1.1 Quantidade de estabelecimentos penais com biblioteca ou espaços de leitura: Atualmente há 4 espaços de leituras, sendo um em cada espaço prisional onde atualmente está funcionando aulas conforme informações do quadro 18. O Estado do Tocantins prevê instalação de bibliotecas e/ou espaços de leituras em todo o sistema prisional do Estado do Tocantins conforme educação formal e não formal implementada a partir do ano de 2013.

1.2 Percentual de crescimento no número de estabelecimentos penais com bibliotecas e/ou espaços de leitura: O Estado do Tocantins prevê aumento de 93% de ampliação no número de bibliotecas e espaços de leituras no sistema prisional do Estado do Tocantins.

2. Apresentar as ações

- 2012 – No ano de 2012 serão realizados estudo financeiro, pedagógico e de infraestrutura para viabilizar a ampliação no número de bibliotecas e de espaços de leitura.
- 2013

Ação	Quantidade	Estabelecimento Penal	Cronograma
Construção de biblioteca/sala de leitura	20	Será definido ao final do planejamento que está sendo realizado.	2013/01
Aquisição de equipamentos	Em estudo	Será definido ao final do planejamento que está sendo realizado.	2013/1
Aquisição de acervo	Em estudo conforme demanda da educação formal e educação não-formal.	Será definido ao final do planejamento que está sendo realizado.	2013/01
Formação de presos para atuar	Em estudo.	Será definido ao final do	2013/01

na biblioteca		planejamento que está sendo realizado.	
Contratação de pessoal	Em estudo	Será definido ao final do planejamento que está sendo realizado.	2013/01

- 2014

Ação	Quantidade	Estabelecimento Penal	Cronograma
Construção de biblioteca/sala de leitura	27	Será definido ao final do planejamento que está sendo realizado.	2014/01
Aquisição de equipamentos	Em estudo	Será definido ao final do planejamento que está sendo realizado.	2014/1
Aquisição de acervo	Em estudo conforme demanda da educação formal e educação não-formal.	Será definido ao final do planejamento que está sendo realizado.	2014/01
Formação de presos para atuar na biblioteca	Em estudo.	Será definido ao final do planejamento que está sendo realizado.	2014/01
Contratação de pessoal	Em estudo	Será definido ao final do planejamento que está sendo realizado.	2014/01

## META VI – MELHORIA NA QUALIDADE DA OFERTA DE EDUCAÇÃO

- 2012 – No ano de 2012 está sendo realizado diagnóstico e parcerias com o intuito de viabilizar com eficiência e eficácia o Plano Estadual de Educação nas Prisões no Estado do Tocantins.
- 2013

Ação	Quantidade	Estabelecimento Penal	Cronograma
Formação de professores	4 formações por ano	Em todos os estabelecimentos conforme quadro 18	Segunda quinzena do início de cada bimestre letivo
Capacitação de servidores	4 capacitações por ano	Em todos os estabelecimentos conforme quadro 18	Segunda quinzena do início de cada bimestre letivo
Distribuição de material pedagógico	Em estudo	Em todos os estabelecimentos conforme quadro 18	2013/01
Distribuição de material didático	Em estudo	Em todos os estabelecimentos conforme quadro 18	2013/01
Elaboração de Proposta pedagógica	Acontecerá anualmente	Em todos os estabelecimentos conforme quadro 18	2013/01
Equipar e aparelhar os espaços destinados as atividades educacionais	Em estudo	Em todos os estabelecimentos conforme quadro 18	2013/01
Definição de indicadores e processos de acompanhamento	Os indicadores encontram-se em estudo e terão por base os indicadores de resultados propostos	Em todos os estabelecimentos conforme quadro 18	2013/01

	neste plano. Será utilizado ainda como indicador para avaliar a qualidade do ensino exames como ENEM, ENCCEJA, tendo como referência o monitoramento do IDEB.		
--	---	--	--

- 2014

Ação	Quantidade	Estabelecimento Penal	Cronograma
Formação de professores	4 formações por ano	Em todos os estabelecimentos conforme quadro 18	Segunda quinzena do início de cada bimestre letivo
Capacitação de servidores	4 capacitações por ano	Em todos os estabelecimentos conforme quadro 18	Segunda quinzena do início de cada bimestre letivo
Distribuição de material pedagógico	Em estudo	Em todos os estabelecimentos conforme quadro 18	2014/01
Distribuição de material didático	Em estudo	Em todos os estabelecimentos conforme quadro 18	2014/01
Elaboração de Proposta pedagógica	Acontecerá anualmente	Em todos os estabelecimentos conforme quadro 18	2014/01
Equipar e aparelhar os espaços destinados as atividades educacionais	Em estudo	Em todos os estabelecimentos conforme quadro 18	2014/01



Definição de indicadores e processos de acompanhamento	Os indicadores encontram-se em estudo e terão por base os indicadores de resultados propostos neste plano. Será utilizado ainda como indicador para avaliar a qualidade do ensino exames como ENEM, ENCCEJA, tendo como referência o monitoramento do IDEB.	Em todos os estabelecimentos conforme quadro 18	2014/01
--	---	---	---------